

CC (FN) LEANDRO CALABRIA VENTURA DOS SANTOS

OPERAÇÃO CROCODILO (1998):

análise de um caso histórico para contribuição ao Poder Naval brasileiro.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (FN) Paiva

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2016

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, CMG (FN) PAIVA, pela orientação sincera e pela oportunidade de transmitir seus conhecimentos.

Ao CF (RM-1) NAGASHIMA, pela atenção e entusiasmo dedicados durante todo o ano e pela sua preocupação com o desempenho de todos os Oficiais-Alunos.

Aos servidores, militares e civis, da Escola de Guerra Naval pelo grande suporte em todas as atividades do C-EMOS, que nos permitiu concentrar esforços na obtenção do conhecimento.

A minha filha, Julia de Oliveira Calabria Ventura, pelo seu amor e incondicional apoio ao longo do curso.

Aos meus pais, Alvaro Ventura dos Santos e Joseli Calabria Ventura dos Santos, pelo exemplo de amor, dedicação e caráter.

A Deus, por permitir que mais este degrau fosse alcançado em minha vida.

## RESUMO

Uma sucinta análise de seu enunciado permite constatar que a missão do Poder Naval vincula suas tarefas a novas ameaças, estendendo seu propósito além da clássica defesa contra inimigos estatais. É nítido o valor do entorno estratégico para o Poder Político e, conseqüentemente, para o Poder Naval, surgindo a problemática da sua adequação ao apoio requerido nesta região. Este trabalho analisará uma ação que o Poder Militar Naval pode realizar, nos dias atuais, em benefício da política externa nacional, focando a costa oeste africana. Adotará uma metodologia analítica e exploratória, ao passo que se fundamentará em bibliografias e documentos e espera trazer à tona questões de interesse para abordagens futuras. Ademais, se utilizará de um estudo de caso com o objetivo de validar e questionar conceitos e situações vigentes no meio militar naval e na conjuntura nacional. Durante o trabalho, verificou-se que o Poder Militar necessita estar em condições de defender nossos nacionais presentes em áreas com latentes antagonismos. Em teoria, as capacidades ofertadas à Marinha do Brasil pelos seus meios a credenciam como Força apta a realizar Operações de Evacuação de Não Combatentes. No entanto, é crucial que a logística desempenhe, diuturnamente, esforço para manter seus meios em condições de serem empregados no momento e locais oportunos. São apresentadas, na conclusão deste trabalho, questões a serem estudadas, as quais se referem: à aceitabilidade de existir, desde o tempo de paz, um Comandante e um Estado-Maior da Força de Emprego Rápido; à avaliação do rendimento de nossos meios disponíveis no entorno estratégico; às implicações do emprego de uma Força com muitos meios, mas com várias restrições, e de uma Força pequena, mas na plenitude de suas capacidades; ao nível de especialização de nossas tripulações; às implicações em se comissionar tripulações por períodos superiores a dois anos ininterruptos; à higidez mental de nossas tripulações; ao treinamento do componente emocional de nosso pessoal para a realização de missões reais; e à adequabilidade dos PEE de nossas Embaixadas para o planejamento do nível operacional.

**Palavras-chave:** Entorno Estratégico. Costa Ocidental da África. Operação de Evacuação de Não Combatentes.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AIDS</b>	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i>
<b>ARE</b>	Área de Reunião de Evacuados
<b>ASA</b>	Cúpula América do Sul-África
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
<b>CCE</b>	Centro de Controle de Evacuados
<b>CEDEAO</b>	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
<b>CEMGFA</b>	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>DAE</b>	Destacamento de Ações Especiais dos Fuzileiros
<b>DBM</b>	Doutrina Básica da Marinha
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FORREG</b>	Força de Recolha na República da Guiné-Bissau
<b>GOES</b>	Grupo de Operações Especiais da Polícia de Segurança Pública
<b>GptOpFuzNav</b>	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
<b>LDS</b>	Local de Destino Seguro
<b>LDSI</b>	Local de Destino Seguro Intermediário
<b>MB</b>	Marinha do Brasil
<b>MD</b>	Ministério da Defesa
<b>MFDC</b>	Movimento das Forças Democráticas de Casamansa
<b>MRE</b>	Ministério das Relações Exteriores
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>OUA</b>	Organização da Unidade Africana
<b>OpENC</b>	Operação de Evacuação de Não Combatentes
<b>PAIGC</b>	Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde
<b>PEE</b>	Plano de Emergência de Embaixada
<b>TO</b>	Teatro de Operações
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UEMAO</b>	União Econômica e Monetária da África Ocidental
<b>UNIFIL</b>	<i>United Nations Interim Force in Lebanon</i>
<b>ZOPACAS</b>	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>O PODER MILITAR NAVAL EM PROVEITO DA POLÍTICA EXTERNA</b>	<b>9</b>
2.1	As Operações de Evacuação de Não Combatentes.....	12
2.2	As capacidades do Poder Militar Naval.....	17
2.3	Considerações parciais.....	20
<b>3</b>	<b>A OPERAÇÃO CROCODILO.....</b>	<b>22</b>
3.1	As primeiras providências.....	26
3.2	O emprego do Poder Naval de Portugal.....	30
3.3	Considerações parciais.....	37
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE ASPECTOS DA OPERAÇÃO CROCODILO.....</b>	<b>41</b>
4.1	Aspectos presentes na conjuntura nacional e na doutrina da Marinha do Brasil.....	41
4.2	Aspectos ausentes ou deficientes na Marinha do Brasil.....	43
4.3	Considerações parciais.....	46
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
	<b>APÊNDICE A – ÍNDICES SOCIAIS E ECONÔMICOS.....</b>	<b>52</b>
	<b>ANEXO A - MULTINACIONAIS BRASILEIRAS NA ÁFRICA EM 2010.....</b>	<b>54</b>
	<b>ANEXO B – INTERNACIONALIZAÇÃO.....</b>	<b>55</b>
	<b>ANEXO C - ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS.....</b>	<b>56</b>

<b>ANEXO D – DISPERSÃO DAS MULTINACIONAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO E - DISPERSÃO GEOGRÁFICA DAS MULTINACIONAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO F – TABELA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES..</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO G - PRINCIPAIS PARCEIROS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA.....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO H – ORÇAMENTO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO I – SETORES DA COOPERAÇÃO TÉCNICA.....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO J – CASOS DE EBOLA.....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO K – MAPA DE EBOLA NA ÁFRICA.....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO L – HIV NO MUNDO.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO M – CONFLITOS NO MUNDO.....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXO N – DISTRIBUIÇÃO DOS CONFLITOS.....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO O – FREQUÊNCIA DOS CONFLITOS.....</b>	<b>68</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo BOOTH (1977), o mar pode ser utilizado por um Estado para a exploração de seus recursos e para o transporte de material e de pessoas, bem como para o emprego da Força, quer seja para o combate, quer seja em proveito da diplomacia. Assim, tal afirmativa, endossada pelo extenso litoral brasileiro, sugere que a Marinha do Brasil (MB) deva estar preparada, respectivamente, para defender as riquezas da Amazônia Azul, para proteger o comércio nacional, para realizar operações de guerra naval e, por último, para apoiar as concepções do Poder Político.

Com o objetivo de atender às aspirações do nível político, VIDIGAL (2004) destaca que o Poder Militar não pode se restringir à possível eclosão de um conflito entre Estados. Neste novo século, é necessário avaliar cenários a fim de ratificar antigas e levantar novas possibilidades de emprego. Ciente desta realidade, neste ano, por meio do Boletim de Ordens e Notícias Nº 421, a MB divulgou sua missão, a qual possui a seguinte redação:

**“Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa (BRASIL, 2016, grifo nosso)”.**

Uma sucinta análise de seu enunciado permite constatar que a missão do Poder Naval vincula suas tarefas a novas ameaças, estendendo seu propósito além da clássica defesa contra inimigos estatais. Quanto ao propósito último da missão da MB, cabe, preliminarmente, examinar como os princípios básicos do Estado orientam a política externa brasileira, o que pode ser abaixo esclarecido:

**“A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacionais instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Na relação com outros países, o Brasil dá ênfase a seu entorno geopolítico imediato, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África (BRASIL, 2012b, p. 12, grifo nosso)”.**

Pelo exposto, torna-se nítido o valor do entorno estratégico para o Poder Político

e, conseqüentemente, para o Poder Naval, surgindo a problemática da sua adequação ao apoio requerido naquelas regiões. Portanto, dada à relevância e à abrangência do assunto, este trabalho analisará uma ação que o Poder Militar Naval pode realizar, nos dias atuais, em benefício da política externa nacional, focando o entorno estratégico, especificamente, a costa oeste africana.

Para tanto, este estudo adotará uma metodologia analítica e exploratória, ao passo que se fundamentará em bibliografias e documentos, e espera trazer à tona questões de interesse para abordagens futuras. Ademais, se utilizará de um estudo de caso com o objetivo de validar e questionar conceitos e situações vigentes no meio militar naval e na conjuntura nacional.

Visando a ordenada concatenação de idéias, o trabalho será dividido em capítulos, sendo o primeiro a presente introdução, seguido pelo capítulo dois, onde se espera conhecer as implicações da política externa na doutrina da MB e como esta poderá apoiá-la na costa atlântica africana. Posteriormente, no capítulo três, será apresentado um estudo de caso que permita discorrer sobre o emprego do Poder Naval impelido pela política externa, num país inserido na região selecionada. Após o relato do caso, no capítulo quatro, serão discriminadas as possíveis contribuições do caso histórico para a formulação de questões de pesquisa, visando contribuir para a evolução da doutrina e das capacidades operativas da Força. Ao final, no capítulo cinco, será apresentada a conclusão do trabalho, onde serão apresentadas, caso identificadas, questões afetas à MB que mereçam ser submetidas a estudos aprimorados em razão de deficiências ou incertezas observadas no decorrer da pesquisa.

## **2 O PODER MILITAR NAVAL EM PROVEITO DA POLÍTICA EXTERNA**

A demarcação do espaço de atuação do Poder Nacional para a defesa de sua soberania provocou discussões que culminaram no surgimento de diferentes teorias. Na década de 60, a teoria dos hemisférios (COUTO e SILVA, 1981) veio a transcender o tradicional enfoque dado às fronteiras terrestres e ao Cone Sul. O hemisfério interior, delineado por COUTO e SILVA (1981), englobava regiões externas à América do Sul, dentre elas, a costa atlântica africana. Em decorrência desta teoria, vislumbrou-se a concepção de que o Brasil deveria, em proveito de sua segurança, ter a capacidade de projetar poder sobre regiões do Atlântico Sul, fora do continente sul-americano. Passado, aproximadamente, meio século, seus conceitos perduram, não somente no campo militar, mas, também, nas relações exteriores, mais especificamente na África ocidental.

A política externa brasileira, a partir do ano de 2003, se empenhou na aproximação ao continente africano. Após uma década, criou chances para investimentos de empresas brasileiras, contribuiu para que novos acordos comerciais fossem firmados, apoiou o desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e ampliou suas representações diplomáticas (PATRIOTA, 2013).

Dentre os fóruns estabelecidos para diálogos com os países africanos, destacam-se a Cúpula América do Sul-África (ASA), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (PATRIOTA, 2013), na qual participam Brasil, Portugal, Timor-Leste, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Angola, sendo, os cinco últimos, países localizados na África atlântica.

Além disso, vultosos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) impulsionaram a economia brasileira além-mar (AMORIM, 2012),

resultando na concentração, em 2010, de multinacionais brasileiras no ocidente africano (FIG. 1, ANEXO A). Em 2015, apesar da crise político-econômica, apenas 31% das empresas nacionais sofreram impacto na internacionalização (GRAF. 1, ANEXO B), sendo que 68.8% das empresas aumentaram seus investimentos no mercado externo (GRAF. 2, ANEXO C), demonstrando a contínua expansão da economia nacional para o exterior. Ainda naquele ano, 33% das multinacionais brasileiras possuíam subsidiárias ou franquias na África (GRAF. 3, ANEXO D), presentes em 11 países da sua porção ocidental (FIG. 2, ANEXO E).

Concomitantemente aos investimentos, a diáspora brasileira foi acentuada. Para atender às demandas da crescente comunidade brasileira no exterior, foi criado o Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior<sup>1</sup> (PATRIOTA, 2013). Esta comunidade, conforme o censo realizado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em 2014 (TAB. 2, ANEXO F), é composta por 19.526 brasileiros no oeste africano, representando 77,80% do existente na África, assistidos por 22 postos diplomáticos.

Da mesma forma que os investimentos se concentraram na porção oeste do continente, os esforços de cooperação também foram orientados para esta região, uma vez que, dos 10 principais parceiros da cooperação técnica Brasil-África, sete estão ali localizados (GRAF. 4, ANEXO G). Conforme AMORIM (2014), a cooperação é crucial para a defesa do entorno estratégico, visando, preventivamente, a empatia e o apoio dos vizinhos, mesmo dos mais fracos. Esta cooperação técnica, cujos investimentos aumentaram entre 2003 e 2010 (GRAF. 5, ANEXO H), representa uma ação estratégica realizada pelo governo brasileiro para garantir a segurança na região. Apesar desta cooperação ser multifacetada, não sendo dirigida, tão somente, ao setor de segurança (GRAF. 6, ANEXO I), seus resultados podem minimizar os nocivos efeitos do subdesenvolvimento, ajudando na estabilização de países que

---

<sup>1</sup> Criado pelo Decreto nº. 7.214/2010, o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior é composto por dezesseis membros e tem a função de representar os brasileiros expatriados; manter, por intermédio do Itamaraty, interlocução com o Governo brasileiro para canalizar as demandas da diáspora; e apresentar sugestões de ações em prol das comunidades brasileiras.

enfrentam sérias disparidades.

Estas disparidades são identificáveis nos baixos índices sociais e econômicos na região, que contribuem para a instabilidade interna desses países. São Estados que apresentam graves problemas na distribuição de renda e que enfrentam desafios no combate a epidemias, como o ebola (GRAF. 7, ANEXO J; FIG. 4, ANEXO K) e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immunodeficiency Syndrome - AIDS*) (FIG. 5, ANEXO L). Ademais, dentre os 20 países continentais daquela região, 13 e 14 estão, respectivamente, entre os 50 países com os piores índices de homicídios e de desenvolvimento humano, havendo nove com prevalência de subnutrição e 17 com elevados índices de pobreza (TAB. 1, APÊNDICE A). Cabe ressaltar o grau de heterogeneidade da população (TAB. 1, APÊNDICE A), onde 18 países apresentam elevada diversidade, retratando a concentração de diferentes etnias dentro de um mesmo território, o que tem ocasionado bárbaros conflitos internos.

Apesar dos anseios do governo brasileiro, a África ocidental foi palco, no ano anterior, de conflitos de distintas motivações e intensidades (FIG. 6, ANEXO M; GRAF. 8, ANEXO N; GRAF. 9, ANEXO O). Tais ameaças atingem não somente as forças antagônicas, como também, pessoas de outras nacionalidades não envolvidas nas hostilidades. Além disso, o terrorismo, o narcotráfico e a pirataria marítima podem potencializar e irradiar tensões na região, confrontando-se com as aspirações da diplomacia brasileira.

É mister zelar pela estabilidade na região, fato que, em parte, também justifica a participação brasileira em missões de paz conduzidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) naquele continente, que totalizam nove em execução, sendo cinco na costa ocidental africana (ONU, 2016). Assim, em consonância com o contido no Livro Branco de Defesa Nacional, que menciona que “as políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis” (BRASIL, 2012b, p. 49), observa-se que, de maneira análoga, paz e interesses nacionais guardam uma relação de dependência entre si.

A política externa nacional, à medida que motiva a presença de empresas e cidadãos brasileiros na costa ocidental africana, influencia, diretamente, o preparo de nossas Forças Armadas, que devem orientar suas capacidades para a salvaguarda dos Objetivos Nacionais de Defesa, dentre os quais se destaca a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior (BRASIL, 2013).

Portanto, a partir do acima exposto, verifica-se que o Poder Militar necessita estar em condições de projetar poder no entorno estratégico em defesa de nossos nacionais presentes em áreas com latentes antagonismos. O fato destes antagonismos, por vezes, não se constituírem em agressão entre Estados, sendo atos afetos, exclusivamente, ao âmbito doméstico do país hospedeiro, representa um fator complicador, elevando a complexidade da condução destas operações militares, exigindo que nossas Forças Armadas desenvolvam doutrina e possuam meios adequados para cumprirem suas tarefas, mesmo que inseridas num cenário de não guerra.

## **2.1 As Operações de Evacuação de Não Combatentes**

Segundo FRANÇA (2013), é possível identificar conceitos acerca de Operações de Evacuação de Não Combatentes (OpENC) na história grega, quando, entre os séculos 431 e 404 AC, tropas de Atenas se deslocaram para proteger os fazendeiros de Attica contra as agressões de Esparta. A vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, trasladando 15.000 pessoas em oito naus, quatro fragatas, 12 mercantes e seis navios ingleses, serve, também, como exemplo da participação da força militar em proveito da salvaguarda da integridade física de civis. Portanto, o emprego do Poder Militar para cumprir tarefas humanitárias, como as de evacuação de cidadãos de áreas de perigo, não é uma novidade, estando presente na história antiga e mesmo na história colonial brasileira. No entanto, o fato

de não ser novidade não implica, necessariamente, que as Forças Armadas dos países estejam devidamente equipadas e preparadas, nem que possuam uma doutrina condizente às implicações das tarefas requeridas. Com relação às OpENC, a recente doutrina das Forças Armadas brasileiras prescreve que estas operações ocorrerão em situações especiais, quando for inviável a retirada dos cidadãos por meios normais de transporte, sendo imprescindível o emprego de força militar para prover segurança aos evacuados. Ainda, cabe ao MRE solicitar ao Presidente da República o emprego das Forças Armadas (BRASIL, 2013).

Nota-se que o uso da Força não ocorre de forma imediata, concentrando-se os esforços, primeiramente, nas ações diplomáticas e na utilização das redes de transporte locais. A segurança dos cidadãos é o aspecto primordial na análise para a realização da operação. Desta forma, deve ser estabelecida uma estreita coordenação entre o nível político e o nível estratégico, cabendo ao MRE o acompanhamento da situação e o assessoramento ao Chefe de Estado quanto à gravidade da ameaça. O esperado é que a autorização para as ações militares ocorra quando já estiverem esgotadas as demais alternativas, tendo em vista as implicações diplomáticas.

Daí surge uma preocupação do nível operacional. As distâncias envolvidas, a organização da Força e a decisão pelo seu emprego não podem comprometer o tempo para execução das tarefas no terreno. Assim, cresce a importância do Estado possuir uma Força capaz de operar além de seu território, superando distâncias, transportando grande volume de material, permitindo o pré-posicionamento dos meios nas proximidades do Teatro de Operações (TO). Até a chegada do componente militar no TO, serão seguidas as orientações contidas no Plano de Emergência de Embaixada (PEE), elaborado, previamente, para atender à evacuação (BRASIL, 2013). Além das informações referentes às instalações da representação diplomática, aos refugiados e aos recursos locais, o PEE contém dados que permitem o planejamento no nível tático, com conhecimentos referentes às características da

área. Contudo, uma informação será de difícil apreciação, que consiste na duração da missão (BRASIL, 2013), havendo histórico de operações com duração superior a cem dias. A operação de evacuação na Libéria (1990), por exemplo, durou, aproximadamente, seis meses (FRANÇA, 2013).

Dentro deste ambiente de incertezas, o PEE é uma fonte de dados para o planejamento da Força, desde que esteja atualizado. Seu conteúdo contribui para o dimensionamento dos escalões, para a montagem dos dispositivos da tropa em terra, para a busca aos evacuados e para o estabelecimento do perímetro de segurança da Embaixada. O MRE e o Ministério da Defesa (MD) devem se coordenar, antes mesmo do surgimento do conflito, para que este plano possa ser detalhado e compartilhado.

Tendo em vista a incerteza da duração da missão e o exemplo de operações que demandaram meses, a logística deve ser competente ao ponto de montar uma cadeia de suprimentos consistente, atendendo, em qualquer fase da campanha, às necessidades da tropa e dos refugiados. O conhecimento do efetivo de cidadãos a ser evacuado, o acompanhamento da situação, a avaliação precisa acerca das variações políticas e das condições militares, a identificação do ambiente operacional e a preparação da Força são os fatores chaves no planejamento de uma OpENC. Quanto ao efetivo a ser evacuado e a sua localização, tal conhecimento pode estar contido no PEE.

Contudo, quanto ao ambiente operacional, a Força deve ser capaz de avaliar dados imprecisos e voláteis, devendo alterar seus procedimentos conforme sua evolução. Este ambiente pode ser classificado como permissivo<sup>2</sup>, incerto<sup>3</sup> ou hostil<sup>4</sup> (BRASIL, 2013). Os fatores chave, acima citados, são uma abordagem dos fatores operacionais tempo, espaço e

<sup>2</sup> Nesse ambiente não é esperada resistência às operações de evacuação, havendo, por isso, pequeno ou nenhum emprego de forças militares no país anfitrião. De acordo com o MD33-M-08.

<sup>3</sup> Nesse ambiente, as Forças Armadas do país anfitrião, receptivas ou não à OpENC, não detêm o controle efetivo do território e da população na região da operação. O planejamento deverá atender a uma possível escalada para um ambiente hostil. De acordo com o MD33-M-08.

<sup>4</sup> Nesse ambiente, o governo do país anfitrião adotou postura hostil, pondo em risco a permanência dos brasileiros naquele território, ou não possui o controle da situação. O Comandante Operacional deverá estar preparado para realizar a entrada em um território hostil. De acordo com o MD33-M-08.

força, que, devidamente conjugados, atingirão ao propósito do emprego do Poder Militar. Além das implicações atinentes a uma possível situação de não guerra, outras decorrerão da classificação do ambiente. O nível operacional deve ter a perfeita compreensão destas implicações a fim de realizar o correto balanceamento entre as ações de combate e as ações de apoio, sem prejudicar a imparcialidade no conflito e sem negligenciar a segurança dos evacuados. Ademais, deve estar apto a preparar a Força para adotar, rapidamente, uma mudança de postura face à alteração do ambiente operacional.

No entanto, na doutrina brasileira, a caracterização do ambiente operacional não é de fácil análise, ao passo que, ao tentar defini-lo, não é avaliado um aspecto específico, abordando o grau de resistência às operações, a postura do governo local em relação aos brasileiros existentes no território e a capacidade do país anfitrião exercer o controle efetivo, tanto do território, quanto da população na região da operação. Inclusive, cabe ressaltar que, no caso do governo local adotar uma postura ameaçadora aos nossos nacionais, a classificação de ambiente hostil é bem similar à caracterização de conflito entre Estados, transcendendo o cenário de não guerra.

Da avaliação do ambiente operacional decorre, ainda, a segurança da representação diplomática. Em tese, a segurança externa da Embaixada é da responsabilidade do país onde ela está localizada, enquanto que a sua segurança interna e a do Embaixador são de responsabilidade do pessoal contratado. No caso da existência de um Destacamento de Segurança de Embaixada, este será o responsável pela segurança das instalações e do Embaixador. Tal destacamento é subordinado ao Chefe da representação diplomática acreditado no país hospedeiro (BRASIL, 2013).

Assim, a tarefa de garantir a segurança da Embaixada deve ser estudada pelo nível operacional, quer seja para realizá-la, quer seja para prestar o devido apoio ao Destacamento ou ao pessoal contratado. No entanto, o cumprimento desta tarefa depende de informações

acerca da Embaixada, principalmente quanto a sua dimensão, sua localização, seus acessos e sua capacidade de apoio de comunicação, saúde e alimentação. Por isso, no caso de haver pessoal especificamente designado para a segurança da Embaixada, é edificante que este efetivo estabeleça uma estreita coordenação com o Comando Operacional, apesar de não existir vínculo de subordinação.

Torna-se claro o esforço para a obtenção de conhecimentos. Outros pontos concernentes a este esforço referem-se aos locais para o estabelecimento da Área de Reunião de Evacuados (ARE)<sup>5</sup> e do Centro de Controle de Evacuados (CCE)<sup>6</sup>. A ARE e o CCE, uma vez operando, contribuirão para a concentração, o processamento e a retirada dos não combatentes. O PEE pode conter suas possíveis no terreno, minimizando as ações de reconhecimento (BRASIL, 2013).

No entanto, a confecção deste plano necessita ser fomentada nas Embaixadas<sup>7</sup>, bem como enfatizada sua importância e verificado se seu conteúdo é de serventia para o planejamento do nível operacional. Observa-se, conforme apresentado, que nossa doutrina sugere a disposição de nossas forças no país hospedeiro para a organização de estruturas cujas dimensões dependerão, dentre outros fatores, do efetivo a ser evacuado, das características físicas da área e da capacidade operativa das forças adversas. No entanto, nem sempre tais aspectos serão favoráveis, nem a Força contará com as informações necessárias.

Por este motivo, a montagem e a operação da ARE e do CCE, distantes do terreno, conferem uma vantagem para a Força. Neste sentido, os meios navais podem ser utilizados para tais finalidades, conferindo maior flexibilidade para o planejamento e menor quantidade de tropa e agências em terra.

---

<sup>5</sup> Local previsto para a concentração inicial dos não combatentes para serem evacuados, onde será feita uma primeira triagem, visando o encaminhamento ao Centro de Controle de Evacuados. De acordo com o MD33-M-08.

<sup>6</sup> Estrutura que conduz o processo de acolhimento dos evacuados. De acordo com o MD33-M-08.

<sup>7</sup> Situação constatada pelo autor quando, em 2012, foi o Encarregado do Destacamento de Segurança de Embaixada do Brasil no Haiti.

## 2.2 As capacidades do Poder Militar Naval

De acordo com SILVA (2008), os fuzileiros navais estadunidenses realizaram, entre os anos de 1913 e 2006, 18 OpENC, seis delas em países africanos (Egito, Libéria, Serra Leoa, Etiópia, Guiné-Bissau e Somália). Por ocasião da evacuação na Libéria (1990) e na Somália (1990), de acordo com FRANÇA (2013), o Poder Militar Naval foi o pilar para o sucesso das missões, possibilitando aos meios operarem a partir do mar, durante o tempo necessário para o cumprimento da missão.

Em decorrência da constante participação nestas operações, o Corpo de Fuzileiros Navais estadunidense adquiriu experiências e desenvolveu sua doutrina, tornando-se um referencial nesta operação de projeção de poder em terra<sup>8</sup>, operando, caso necessário, de forma independente, não se condicionando à vontade política de outros Estados. Seu Poder Militar apresentou uma doutrina eficiente, compatível com as exigências das tarefas, bem como meios que lhe conferiram liberdade de manobra e autossuficiência.

Para FRANÇA (2013), por ocasião da evacuação no Líbano (2006), Austrália e Canadá, países que, naquela ocasião, não dispuseram de uma Marinha equipada e adestrada, não conseguindo operar de forma autônoma, foram duramente criticados pela opinião pública internacional, ficando notória a dependência de suas Forças Armadas do apoio externo.

Percebe-se, assim, que o sucesso, o fracasso e as deficiências da Força são explorados pela mídia, devido à repercussão e ao interesse da população com o resultado de suas missões. Assim, o povo, ao clamar pelo apoio de suas Forças Armadas para assistirem aos nacionais no exterior, coloca à prova o moral e o reconhecimento internacional de seus militares. Tal participação da mídia compromete, ainda, o sigilo das operações, fator que não poderá ser explorado pela Força.

---

<sup>8</sup> Significa a transposição da influência do Poder Naval sobre áreas de interesse, sejam elas terrestres ou marítimas, abrangendo um amplo espectro de atividades, que incluem, desde a presença de forças até a realização de operações navais. De acordo com o EMA-305.

Como consequência destas constatações, a partir de 2014, a Doutrina Básica da Marinha inseriu, em seus capítulos 4 e 5, respectivamente, as atividades de emprego limitado da força e as atividades benignas, dentro ou fora do território nacional, as quais tem as OpENC como ponto comum (BRASIL, 2014). Esta revisão na doutrina naval foi fruto da avaliação de novos cenários, onde a MB visualizou a necessidade de desenvolver capacidades para enfrentar ameaças, dentro ou além de nossas fronteiras, e não, tão somente, Forças Armadas inimigas.

Esta evolução doutrinária é consonante com a Estratégia Nacional de Defesa que foi concebida nas realidades da improvisação e adaptação e do compromisso nacional (BRASIL, 2008b). A primeira visa moldar nossa defesa para estar em condições de atender às múltiplas exigências, mesmo na ausência de meios específicos. A segunda, não permitir que se abale o vínculo perpétuo que une o povo e as Forças Armadas de seu Estado.

Ademais, os meios navais conferem mobilidade<sup>9</sup>, permanência<sup>10</sup>, flexibilidade<sup>11</sup> e versatilidade<sup>12</sup> à Força (BRASIL, 2014), fornecendo-lhe a capacidade de se organizar para atuar de forma isolada, por períodos prolongados, e de cumprir uma pluralidade de tarefas, alterando sua postura, caso seja exigida.

No entanto, mesmo dispondo da capacidade de permanência no TO, a doutrina de OpENC da MB contempla o apoio de Estados localizados nas redondezas do país hospedeiro com o intuito de utilizá-los como base de operações ou como um Local de Destino Seguro Intermediário (LDSI) (BRASIL, 2008a). Isto denota as dificuldades logísticas e táticas que envolvem este tipo de operação. A simultaneidade de ações de combate e de apoio de serviços ao combate, revestidas do caráter humanitário da missão, que limita o emprego da força, exige

<sup>9</sup> A mobilidade representa a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão, ou seja, em condições de emprego imediato. De acordo com o EMA-305.

<sup>10</sup> A permanência indica a capacidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões. De acordo com o EMA-305.

<sup>11</sup> A versatilidade permite alterar a postura militar, mantendo a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas. Isto inclui os diferentes níveis de prontidão exigidos pelos vários cenários. De acordo com o EMA-305.

<sup>12</sup> A flexibilidade significa a capacidade de organizar agrupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão, possibilitando a graduação no seu emprego. De acordo com o EMA-305.

capacidades que podem sobrepujar as oferecidas pela Força Naval.

A Força Naval, ainda, ao dispor de um Corpo de Fuzileiros Navais como braço expedicionário (BRASIL, 2008a), adquire a capacidade de empregá-lo organizado como Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) (BRASIL, 2014) embarcado em meios navais e aeronavais para o cumprimento de missões em terra. Desta forma, quando houver a necessidade de uma OpENC, a MB pode realizar uma operação anfíbia<sup>13</sup>, mesmo que não se consubstancie em um conflito declarado entre Estados. Nesta situação, ressalta-se a projeção anfíbia<sup>14</sup>, utilizada para a condução de atividades não enquadradas no cenário de guerra.

No entanto, as capacidades acima comentadas estão intrinsecamente relacionadas com o estado de conservação e preparo dos meios da Força. A MB, atualmente, apresenta problemas atinentes à disponibilidade de seus vetores de combate (BRASIL, 2008b), os quais, mesmo aqueles considerados em condições de emprego, apresentam restrições, afetando suas capacidades operativas.

Outro aspecto que reduz a disponibilidade são os compromissos assumidos com os organismos internacionais. A Força Interina das Nações Unidas no Líbano (*United Nations Interim Force in Lebanon - UNIFIL*), por exemplo, impõe a destinação de três navios, de maneira que, enquanto um se encontra na missão propriamente dita, outro está a finalizar seus preparativos e se deslocando para realizar a rendição, enquanto um terceiro começa os reparos e a capacitação da nova tripulação. O Comandante da Força e seu Estado-Maior não são definidos antecipadamente, necessitando ser realizado um processo de seleção e preparo.

É evidente que a prolongada indisponibilidade dos meios acarreta problemas,

<sup>13</sup>A operação anfíbia é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia, sobre região litorânea hostil ou potencialmente hostil, com o efeito desejado de introduzir uma Força de Desembarque em terra para cumprir missões designadas. De acordo com o EMA-305.

<sup>14</sup>A projeção anfíbia é uma modalidade de operação anfíbia que introduz em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, dentre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a distensão de crises. De acordo com o EMA-305.

destacando-se os relacionados à adequação da Força para cumprir tarefas específicas, à dificuldade das plataformas de combate em operar em conjunto com outros meios de sua Marinha e à falta de oportunidades para se colocar à prova as tripulações em situações reais de combate, testando seu psicológico e aptidões. O rodízio das tripulações pode ser uma alternativa para minimizar tais efeitos, mas gera outros, como a menor identificação do pessoal com seu navio, bem como o comprometimento do potencial do trabalho em grupo.

### **2.3 Considerações parciais**

A política externa brasileira, ao passo que motiva o êxodo para África ocidental, região que encerra precárias condições de vida e graves conflitos, impõe ao braço armado do Estado o desenvolvimento de capacidades que lhe permitam prestar o devido apoio àqueles que se encontrem, por ventura, ameaçados. Tais capacidades devem possibilitar a realização de operações militares que assegurem a proteção de brasileiros no exterior. Assim, destacam-se as OpENC, dado seu caráter humanitário e o seu propósito de salvaguardar a integridade física de nossos cidadãos residentes fora de nossas fronteiras.

Desde seu planejamento, tais operações são dependentes de uma gama de informações. Uma importante fonte de conhecimentos é o PEE. Contudo, deve ser verificado se seu conteúdo reflete a situação no momento das ações em terra, da mesma forma que deve estar disponível para o nível operacional no tempo adequado. Outro importante aspecto condicionado à inteligência é a classificação do ambiente operacional, a qual norteará a postura a ser adotada pela Força, dosando as ações de combate e as ações de apoio. No entanto, a partir dos conceitos previstos na doutrina brasileira, a definição do ambiente operacional é suscetível de equívoco, pois, na caracterização de cada ambiente, são considerados aspectos distintos e de difícil mensuração. Assim, para minimizar os efeitos

decorrentes de uma avaliação incorreta ou de sua evolução no transcurso da operação, bem como objetivando reduzir o efetivo de nossas tropas em terra, é vantajoso que a Força tenha a capacidade de operar a partir de uma área fora da região em conflito. Quando do agravamento das hostilidades, o nível operacional deve estabelecer estreita coordenação com o nível estratégico, representado pelo MRE, pois este é o responsável por manter o acompanhamento da situação e por assessorar a respeito do momento do emprego do Poder Militar. Dada à urgência da situação e aos fatores de tempo e distância, o intervalo entre a autorização para a realização da operação e o desencadeamento das ações no território estrangeiro não pode comprometer o propósito da missão. Neste sentido, é conveniente que a Força disponha da capacidade de se pré-posicionar de forma autônoma, flexível e autossustentável, não necessitando de outra Força, nem da concessão de países vizinhos.

Mais um aspecto atinente ao fator tempo, digno de ressalva, é o que diz respeito à data de término da missão. A incerteza da duração acarretará à Força ser capaz de permanecer durante longos períodos no TO. Tal capacidade é conferida à Força Naval pelos seus meios disponíveis, no entanto, por ser o apoio de serviços ao combate um aspecto crítico nestas operações, a doutrina contempla a possibilidade do apoio de outros Estados para o estabelecimento de bases ou locais de destino para os evacuados. Desta forma, torna-se conclusivo que, em teoria, as capacidades ofertadas à MB pelos seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, a credenciam como Força apta a realizar OpENC enquadradas nas operações de projeção de poder em terra. No entanto, para que tais capacidades possam se confrontar às ameaças que nos cercam, é crucial que a logística desempenhe, diuturnamente, esforço para mantê-las em condições de serem empregadas no momento e locais oportunos.

Assim, cabe analisar a validade dessas capacidades. Por isso, a seguir, será apresentada a OpENC realizada pela Marinha portuguesa na Guiné-Bissau, em 1998, com o intuito de exemplificar o emprego do Poder Militar Naval em decorrência da política externa.

### **3 A OPERAÇÃO CROCODILO**

A Guiné-Bissau está localizada na costa atlântica da África. Seu litoral se estende do Cabo Roxo até a Ponta Cagete. Faz fronteira, a norte, com a República do Senegal, e a leste e a sudeste, com a República da Guiné Conacri (TÉ, 2015). Suas origens remontam ao império colonial português, quando a Guiné era vista como um parente pobre e sem muita relevância para a metrópole portuguesa, apesar de sua proximidade de Lisboa (CAMPOS, 2012).

Os portugueses, inicialmente, destinaram suas atenções ao Brasil e, depois de 1822, a Angola e a Moçambique. As relações estabelecidas entre Portugal e Guiné-Bissau, no período compreendido entre os séculos XV e XIX, foram marcadas, basicamente, por trocas comerciais e tráfico de escravos entre a metrópole lusitana e as pequenas feitorias daquela colônia, que se localizavam no litoral e às margens dos rios. Estas feitorias se transformariam, mais tarde, nos principais centros populacionais daquele país africano (CAMPOS, 2012).

Nota-se, portanto, que Portugal não possuía preocupações com o desenvolvimento da colônia guineense, não realizando esforços para a execução de projetos de infraestrutura, nem de melhorias das condições de vida, sendo seus interesses meramente econômicos e exploratórios. Este descaso contribuiu para o agravamento dos problemas sociais afetos à pobreza. Além disso, os contatos estabelecidos pelo comércio serviram como um canal pioneiro para a disseminação da língua e dos costumes portugueses, que, mais tarde, seriam os alicerces para as relações diplomáticas entre os dois países.

Em 1879, a Guiné-Bissau foi palco de intensas disputas fronteiriças com o Senegal, então, sob domínio francês. A presença portuguesa na colônia somente se tornou marcante a partir de 1915, com o efetivo exercício de poder na região (TÉ, 2015). Em meados do século XX, os movimentos de independência começaram a se organizar nas colônias do

continente africano (CAMPOS, 2012). Em 1951, ocorre uma revisão constitucional portuguesa, que elevou a Guiné-Bissau a província de ultramar. Tal mudança visava promover a unidade nacional nas colônias e minimizar as revoltas nacionalistas. Contudo, em 1956, liderado pelo Partido Africano para Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), nasce o movimento nacionalista guineense, apoiado pela República da Guiné Conacri, Rússia, Cuba e Tchecoslováquia (TÉ, 2015).

Em 1973, o partido proclama a independência, buscando seu reconhecimento internacional. No ano seguinte, com a queda de Salazar, Portugal reconhece oficialmente a independência da Guiné-Bissau, sendo Luiz Cabral o primeiro presidente do país. O Brasil, em 16 de julho de 1974, antes das negociações entre Portugal e os líderes do movimento de libertação, reconheceu a independência do novo país (TÉ, 2015). Em 1980, um golpe militar liderado por João Bernardo Vieira, o Nino, e Ansumane Mané, o “Bria-à-Brac”, derrubou o Presidente Luís Cabral. A partir deste momento, Nino assumiu o governo e inviabilizou as eleições democráticas (CAMPOS, 2012).

Assim, percebe-se que as ações do governo português foram tardias, não logrando manter seu domínio na colônia. Países vizinhos e outros Estados europeus, que visavam competir pelo poder na região, impulsionaram disputas de território e movimentos internos, os quais culminaram com a independência da Guiné-Bissau. Ressalta-se que, no ano seguinte, o governo brasileiro reconheceu a soberania do novo Estado, país com o qual se identifica quanto ao idioma e aos traços étnicos e culturais, os quais serviriam como vias de aproximação diplomática para o estabelecimento do diálogo e de acordos. Mas tais relações teriam que vencer a instabilidade e a incerteza, pois o período pós-independência não foi sem turbulências. Como observado, passados sete anos, a Guiné-Bissau passou, novamente, por fortes tensões, ocorrendo a derrubada do poder legal e a implantação de um regime antidemocrático.

Na década de 1990, Nino se aproxima do Senegal, assumindo o compromisso de sufocar a guerrilha do Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC)<sup>15</sup>, que recebia apoio de armas e munições de alguns segmentos da força militar guineense. Honrando este compromisso, Nino destituiu o brigadeiro Ansumane Mané da função de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, por acusá-lo de ser o responsável pela má administração dos paióis de material de guerra do Exército guineense. Mané era uma figura venerada, desfrutando de grande prestígio entre os militares, devido à bravura demonstrada quando da luta de independência da Guiné-Bissau, ocasião em que lutou ao lado do próprio presidente (RODRIGO e SANTOS, 2007).

O problema agravou-se, ainda mais, nos finais de 1997, quando a Comissão Interministerial, criada para investigar o envolvimento das forças militares com a guerrilha de Casamansa, expediu um relatório que denunciava a existência de tráfico ilegal de armas e munições com destino a Casamansa e o envolvimento de renomados membros da política guineense. A comissão concluía, também, não haver motivos para incriminar Mané e recomendava que o mesmo reassumisse suas funções, o que não foi atendido pelo Chefe de Estado. Nino determinou que Mané desarmasse sua guarda pessoal e se afastasse da política do país (RODRIGO e SANTOS, 2007). Começava um conflito interno com grande repercussão internacional.

No entanto, os fatos motivadores do conflito desencadeado em junho de 1998, e que duraria até maio de 1999, com o acolhimento do presidente na Embaixada de Portugal, para posterior exílio em Portugal, não residiam, exclusivamente, nos atritos entre os dois grandes heróis da independência da Guiné-Bissau. Segundo RODRIGO e SANTOS (2007), havia uma forte motivação interna, face à profunda crise de funcionamento do Estado

---

<sup>15</sup> Movimento apoiado pelos guineenses devido à ligação étnica entre o povo de Casamansa, maioritariamente da etnia diola, e o povo do norte da Guiné, que são felupes. Casamansa era território guineense, mas passou ao domínio senegalês após pressões da França, que tinha interesse em suas reservas energéticas. Disponível em: [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/70.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/70.pdf). Acesso em: 25 jul. 16.

guineense, que não conseguia se contrapor à falência do sistema de ensino, aos riscos de pandemia de cólera, ao alastramento da AIDS e ao caos oriundo da má administração pública. Além disso, as Forças Armadas estavam desorganizadas e mal equipadas. Soma-se a tudo isto, a grave crise econômica, fruto da recente adesão à União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMAO)<sup>16</sup> e das medidas impostas pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

No campo externo, Gâmbia teria prometido assistência militar a Mané, estando Senegal a apoiar Nino. Em 1990, Guiné-Bissau e Senegal celebraram um Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa e Segurança, ao qual se seguiu um protocolo adicional para ajuda militar senegalesa. O objetivo de Nino era empregar as tropas senegalesas em seu país para sufocar a sublevação militar, uma vez que Mané detinha o apoio de 90% dos militares guineenses. Senegal, além disso, era o país-chave da UEMAO, à qual a Guiné-Bissau tinha aderido em 1997 (RODRIGO e SANTOS, 2007). Surge, assim, um conflito de interesses entre Gâmbia e Senegal que, com o apoio da França, tinha aspirações de tornar-se uma potência regional.

Desta forma, se repetiu uma situação comum na história guineense. Novamente, em decorrência da fragilidade do Estado, da sujeição da população às precárias condições de vida e da ambição externa, a Guiné-Bissau enfrentou mais um conflito interno. As vítimas deste conflito não se restringiram aos opositores. O povo sofreu com os embates entre as forças, bem como os residentes de outras nacionalidades. Dentre eles, em especial, os cidadãos portugueses, que estavam em grande número no país. O governo português necessitou, assim, adotar medidas para a proteção do seu povo naquele território estrangeiro, evitando, no entanto, abalar as boas relações existentes.

---

<sup>16</sup>A União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMAO) foi instituída em 1994, por meio de um tratado assinado em Dacar, no Senegal, e conta com a participação de Burquina Faso, do Benim, da Costa do Marfim, da Guiné-Bissau, do Mali, do Níger, do Senegal e do Togo. Disponível em <http://pt.reingex.com/UEMOA-Uniao-Economica-e-Monetaria-do-Oeste-Africano.asp>. Acesso em: 25 jul. 16.

### 3.1 As primeiras providências

Ainda na manhã de 07 de junho, é expedida uma portaria atribuindo ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) de Portugal a responsabilidade pelo planejamento de uma operação militar humanitária de apoio à evacuação de cidadãos nacionais e estrangeiros residentes na Guiné-Bissau. A Operação Crocodilo, como ficou conhecida, contaria com a cooperação do governo da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Seria constituída uma Força Conjunta, a Força de Recolha na República da Guiné-Bissau (FORREG). Face à situação, o plano foi revisto e atualizado, ainda que com informações deficientes. As principais fontes de informação foram as autoridades militares aliadas (Estados Unidos da América e França), com as quais Portugal mantinha, há anos, estreito relacionamento em atividades de cooperação e exercícios, e os cidadãos nacionais na área, que se dispunham a colaborar nesta ação (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Como visto, o governo português recorreu às Forças Armadas para a solução do problema e, mesmo antes do planejamento no nível operacional, ele já havia realizado ações diplomáticas em proveito da ação militar, tendo conseguido o consentimento do governo do país hospedeiro e o apoio de Cabo Verde, ou seja, um país amigo localizado nas proximidades. O nível político considerou, também, a responsabilidade de ajudar os residentes de outras nacionalidades, coerentemente com o caráter humanitário da operação militar. Apesar de já contarem com um plano previamente elaborado, o nível operacional se deparou com a dificuldade de atualizá-lo devido à carência de informações. Neste sentido, observa-se a importância da cooperação e de exercícios com as Forças Armadas de outros países, uma vez que permitem uma mútua colaboração, que foi de grande utilidade para se amenizar a falta de informações, visto que países aliados compartilharam seus conhecimentos disponíveis.

Para a tomada de decisão do governo português foram avaliados quatro critérios, assim agrupados: a gravidade e urgência; os riscos aos portugueses e à representação diplomática; a responsabilidade de Portugal em promover uma resolução diplomática do conflito face às históricas relações com a Guiné-Bissau; o apoio da opinião pública portuguesa e a exequibilidade da operação (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Fica evidente a preocupação do poder político em ativar uma estrutura militar para a segurança e saída da Guiné-Bissau dos portugueses que se encontrassem em situação de risco, bem como de criar condições para o rápido estabelecimento da paz no território em conflito. Para tanto, o gabinete de crise adotou, como primeira providência, o deslocamento de meios aéreos para Cabo Verde e Dacar. No dia 08, uma aeronave C-130 chegou à Ilha do Sal, em Cabo Verde, com um pequeno contingente de forças de operações especiais do Exército e uma equipe da Força Aérea, com a tarefa de operar um posto de comunicações avançado. Um segundo C-130 chegou à Ilha do Sal com ajuda humanitária. Outro C-130 chegou a Dacar com pelotões de operações especiais, sendo recebidos pelas autoridades militares francesas, que autorizaram o desembarque do pessoal somente portando suas mochilas individuais, após rigorosa revista (RODRIGO e SANTOS, 2007). As informações a respeito da situação do aeródromo de Bissau eram imprecisas e havia a esperança da condução da operação de evacuação com meios aéreos.

O Comandante da FORREG, juntamente com seu Estado-Maior, se estabeleceu em Dacar, no Senegal. Em Dacar, ainda se encontravam dois pelotões de forças de operações especiais do Exército, reforçados por elementos do Grupo de Operações Especiais da Polícia de Segurança Pública (GOES) e três aeronaves de transporte C-130. Tropas, navios e aeronaves francesas e estadunidenses também estavam naquela cidade, prontas para a evacuação dos seus cidadãos (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Neste instante, o apoio de Estados vizinhos foi relevante, pois permitiu a

montagem das agências de comando e controle necessárias à condução das ações militares. Quanto ao desembarque de material para ajuda humanitária, cabe uma consideração, que consiste na compreensão pelo nível operacional de que a missão da FORREG teria, além da tarefa de evacuar cidadãos, a de prover ajuda humanitária, denotando a amplitude das tarefas que seriam realizadas no terreno, contribuindo para sua complexidade. É possível, ainda, identificar que o fator tempo foi priorizado, já que a idéia inicial seria a realização da evacuação por aeronaves, aproveitando-se da velocidade conferida por estes meios. Contudo, tal decisão estava condicionada ao estado do aeródromo, fato que as forças de evacuação não tinham como interferir, suplantando suas capacidades, ficando dependentes deste fator externo.

Com a preocupação de garantir a segurança das suas embaixadas em Bissau, os governos de Portugal, da França e dos Estados Unidos da América (EUA) planejaram realizar uma Operação Combinada para a inserção de forças de operações especiais nas respectivas embaixadas por meio aéreo. Contavam, a seu favor, o conhecimento mútuo e a relação de confiança entre suas forças de operações especiais, fruto de anos de participação em exercícios e adestramentos combinados. Contudo, a operação não segue adiante, uma vez que a embaixadora estadunidense anuncia a retirada de todos os seus cidadãos. O governo francês, por conseguinte, perde seu interesse em prosseguir com os planos em função de suas pretensões na região (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Assim, este recuo do governo francês permite constatar que o apoio de Forças Armadas amigas deve ser buscado e estimulado, no entanto, o emprego do Poder Militar de um país não pode estar condicionado a tal apoio externo, devendo ser capaz de operar isoladamente em proveito dos interesses do seu Estado.

Mais uma situação veio corroborar esta afirmação. Logo o apoio de Dacar foi se tornando precário. As facilidades concedidas eram insuficientes para o estabelecimento do

Comando da FORREG, impedindo a utilização dos meios de comunicação próprios e de suas redes de monitoramento. O Comando da FORREG se instala, então, na Ilha do Sal, em Cabo Verde. O Comando poderia, a partir deste momento, planejar, acompanhar a situação e receber os evacuados (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Apesar das redes rádio divulgarem notícias, ora do governo, ora dos revoltosos, de que estavam controlando a situação, chegavam informações dos próprios cidadãos, evacuados pelos navios de outros países, de que a situação estava cada vez pior e o risco somente aumentava. Órgãos de comunicação social alertavam que, muito em breve, ocorreria uma operação militar estrangeira, sem explicar acerca das suas pretensões. Neste fluxo intenso de notícias, chega a informação de que o aeródromo de Bissau estava inoperante e de que os países vizinhos não permitiriam a utilização de suas fronteiras (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Observa-se que a FORREG não contou com o sigilo para suas operações e teve restrições para o emprego da Força Aérea Componente e da Força Terrestre Componente. Além disso, possuía informações desencontradas a respeito da real situação do terreno. O governo português, contudo, não se intimidou, demonstrando seu compromisso com seu povo e manteve sua decisão em empregar o Poder Militar, assumindo novos desafios e derrubando paradigmas existentes na condução de suas operações militares, conforme menciona SACCHETTI (2000):

“No conflito da Guiné-Bissau, Portugal começou por intervir autonomamente, pela primeira vez, numa ação que tinha fins exclusivamente humanitários: evacuação de nacionais e apoio a refugiados de várias nacionalidades, em situação de perigo. As circunstâncias políticas internas, as intervenções militares dos países vizinhos e as condições geográficas só permitiram a utilização direta de meios marítimos (SACCHETTI, 2000, p. 164)”.

Assim, baseando-se nas normas internacionais que regulam o direito de navegação no alto-mar, a Força Naval Componente assumiu a condição de protagonista para a solução do problema.

### 3.2 O emprego do Poder Naval de Portugal

O 10 de junho de 1998 não foi um feriado normal. Vinha à tona um conflito que a diplomacia foi incapaz de prevenir. Havia, em solo guineense, em torno de 50 empresas portuguesas de variados setores, com um volume de negócios da ordem dos 34 milhões de contos (RODRIGO e SANTOS, 2007).

O comandante naval, na véspera, deu uma ordem de alerta aos navios e aos fuzileiros. Havia duas fragatas no exterior, uma atribuída à Força Naval Permanente do Atlântico e outra em avaliação pela Marinha britânica, ambas com um helicóptero embarcado. A terceira fragata deveria estar em período de manutenção, o que, por sorte, não se confirmou. A Fragata Vasco da Gama encontrava-se operacional e, dos três helicópteros remanescentes, dois estavam em condições. A Força Naval deveria estar pronta a partir das 17 horas do dia 10 de junho. Após a parada naval do feriado do Dia das Nações, todos os meios deveriam voltar à Base Naval para fazer o aprovisionamento, assegurando o suprimento, reforçando as dotações de medicamentos e sobressalentes, de forma a permitir a operação dos meios navais durante um período mínimo de 45 dias de mar. Em menos de seis horas da chegada à base, o abastecimento estava concluído (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Assim, a logística, mesmo antes do envio da Força Naval para o Teatro de Operações, começou a desempenhar seu papel com primazia. Os meios navais estavam em condições de serem empregados e devidamente carregados com os recursos estimados. Desta forma, a logística permitiu que não houvesse demasiada perda de tempo na preparação, favorecendo a operação propriamente dita.

Desde 1985, quando assegurou o comando da Força Naval Permanente do Atlântico, a Marinha de Portugal permaneceu em condições de fornecer um Comandante de Força, com seu respectivo Estado-Maior, para embarque imediato. Estes oficiais e ajudantes

eram da Esquadilha de Escoltas Oceânicas, sendo previamente designados para uma eventual operação (PORTUGAL, 2016). Esta condição facilitou a organização do Comando da Força. Esta Força, segundo RODRIGO e SANTOS (2007), era composta pelos seguintes meios:

a) Fragata Vasco da Gama: o navio-chefe, onde embarcaria o Comandante da Força Naval e o seu Estado-Maior. Navio com grande capacidade para combate e comando e controle. Operava com dois helicópteros LYNX e seus respectivos destacamentos de voo e de manutenção. Este navio havia, recentemente, sido aprovado na avaliação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN);

b) Corvetas João Coutinho e Corveta Honório Barreto: navios com reduzidas capacidades combatentes. Possuíam plataformas de voo para helicópteros e limitada capacidade de transporte. Nelas embarcou grande parte da Força de Desembarque;

c) Navio Reabastecedor de Esquadra Bérrio: navio auxiliar, sem armamento. Suas dimensões restringiam sua manobra. Nele embarcou um Destacamento de Mergulhadores Sapadores<sup>17</sup>, uma seção de morteiros da Força de Desembarque e uma equipe médico-cirúrgica. Responsável pela sustentação logística da Força, englobando o apoio de saúde aos evacuados, o reabastecimento de combustíveis para os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Transportou a carga de mantimentos da Força. Com regular capacidade de transporte de pessoal e carga, possuía um convés de voo, que foi relevante quando o navio-chefe tinha de operar dois helicópteros, simultaneamente, e precisava de convés livre para emergências;

d) Tripulação dos navios: militares, em sua maioria, com dois anos de experiência em seus navios. Adestrados e prontos para missões reais. Possuíam perfeito conhecimento de suas funções e habituados ao trabalho em grupo. Realizaram treino específico para atenderem às novas preocupações, que não estavam acostumados, a fim de garantirem a disciplina dos

---

<sup>17</sup>Mergulhadores sapadores são os militares da Marinha de Portugal que possuem adestramento similar ao dos mergulhadores de combate da Marinha do Brasil, sendo empregados em operações de sabotagem, de destruição e de reconhecimento subaquático.

refugiados a bordo e um esquema de apoio logístico, priorizando a alimentação e apoio de saúde;

e) Força de Desembarque dos Fuzileiros: composta por um pelotão de atiradores, um pelotão de reconhecimento e um grupo de botes (24 botes). Os fuzileiros deveriam manter suas qualificações de tiro, controle de multidões, primeiros socorros, higiene e comunicações;

f) Destacamento de Ações Especiais dos Fuzileiros (DAE): grupo composto por 10 homens do Destacamento de Ações Especiais dos Fuzileiros. Ficaria diretamente subordinado ao Comandante da Força. Tinha a capacidade de realizar ações não convencionais. Planejava-se utilizá-los no binômio fuzileiro-helicóptero como atiradores especiais a bordo das aeronaves para suprirem as deficiências de segurança durante as missões de voo; e

g) Destacamento de Mergulhadores Sapadores: fornecia capacidade de assistência aos navios para eventuais trabalhos debaixo d'água, tanto para operações subaquáticas, como para desativação de engenhos explosivos. Realizaram um programa específico de treino para garantir a prontidão desejada, quer física, quer psicológica.

Convém ressaltar que os navios supramencionados tinham, recentemente, sido submetidos a um período de treino de sete semanas de mar, sendo avaliados pela Marinha britânica. Nesse momento, Portugal ressentiu a falta de um navio polivalente, já previsto nos planos de reequipamento, aos moldes do navio francês que operava no litoral africano (PORTUGAL, 2016).

A Força Naval não tinha, como apresentado, meios destinados, especificamente, para o apoio de saúde e de transporte de civis. Seus navios, bem como suas aeronaves, tripulações e tropas, não estavam familiarizados com as novas tarefas, impostas pelo caráter humanitário da missão. Até então, desempenhavam as ações previstas nas operações de guerra naval clássica. Isso exigiu rápida adaptação e novos procedimentos. Dentre eles, o emprego

de atirador a bordo do helicóptero de escolta, reduzindo os danos colaterais quando da necessidade de se realizar fogo contra ameaças em terra.

Outro meio que participou da evacuação foi o navio mercante Ponta de Sagres, empregado por iniciativa da Portline. Sua capacidade era de, no máximo, 1.000 pessoas. Coube a Vítor Duque, diretor responsável pela exploração comercial dos navios da Portline, a ligação entre governo, Embaixada de Portugal em Bissau, navio e Forças Armadas portuguesas, o que acarretou dificuldades e motivou sua indignação. Este navio, que no dia 07 de junho se encontrava em Praia, em Cabo Verde, se constituía na única resposta imediata, dada à urgência da situação (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Com a determinação do governo português de iniciar a evacuação por meio deste navio, os portugueses em Bissau começaram a ser concentrados na Catedral de Bissau, transportados pelas viaturas da Embaixada, que depois os conduziram ao cais. Sob constante ameaça de estilhaços de granadas de morteiro que caíam nas imediações, apesar de, aparentemente, não serem direcionadas ao navio (RODRIGO e SANTOS, 2007), são embarcados 2.500 cidadãos de 20 nacionalidades distintas, dentre os quais 51 brasileiros. As dificuldades a bordo eram enormes, desde a circulação, até a alimentação (MAIA, 1998). Apesar disso, a imprensa internacional elogiou a iniciativa do Ponta de Sagres (RODRIGO e SANTOS, 2007).

O Ponta de Sagres bem representou os navios mercantes de bandeira portuguesa, provando que o emprego de tais meios pode contribuir para o sucesso de uma operação desta natureza. Seu espaço interno e sua presença nas redondezas da Guiné-Bissau possibilitaram o socorro de um efetivo considerável de refugiados, se comparada à capacidade de transporte dos navios da Força Naval, que será apresentada mais adiante. No entanto, como operou isoladamente, passou por situações de risco sem, no entanto, contar com adequados meios de comunicação e proteção.

Quando da chegada do Ponta de Sagres a Dacar, a Força Naval já estava se deslocando. Mesmo sem haver uma missão atribuída, era importante o posicionamento da Força Naval nas vizinhanças do Teatro de Operações. O governo português mantinha aberto seu canal diplomático, se esforçando em deixar claras as intenções da Força Naval, cogitando, inclusive, o uso de navios mercantes, acentuando sua natureza civil, e a possibilidade da Força Naval ficar fora das águas territoriais, aguardando o transbordo dos refugiados para os navios de guerra. No entanto, devido à urgência, no dia 15 de junho, é autorizada uma operação de evacuação através da Força Naval (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Tal decisão não implicaria em comprometimento político, pois, uma vez próximos ao objetivo, mesmo não havendo a ordem para iniciar as operações, os navios poderiam se adestrar nas cercanias, valendo-se da liberdade de movimentação no alto mar, aguardando a autorização para a condução das ações em terra.

Conforme RODRIGO e SANTOS (2007), era necessário avaliar todas as informações disponíveis, referentes à situação dos refugiados, à correnteza, ao vento, às dificuldades de navegação fluvial e em águas restritas e às dificuldades em reconhecer a costa, por ser muito baixa, dando pouco eco ao radar. Tratava-se da segurança do navio mais valioso de Portugal e do prestígio internacional de sua Marinha. Às 07 horas do dia 15 de junho, a Fragata Vasco da Gama estava na foz do rio Geba, contudo, a Embaixada de Portugal precisaria de mais tempo para finalizar os preparativos. Decidiu-se, então, por realizar a evacuação no dia seguinte. Na manhã do dia 16, quando de sua aproximação a Bissau, a Fragata Vasco da Gama ficou ao alcance dos fogos de artilharia e das armas pesadas. Realizou o reconhecimento e, como percebeu que o navio não era alvo dos fogos, prosseguiu na sua missão e, rapidamente, enviou os fuzileiros para terra.

Uma seção de fuzileiros do pelotão de reconhecimento se deslocou para providenciar a segurança da Embaixada de Portugal, uma vez que o embaixador Henriques da

Silva permaneceria na missão diplomática. Quando os militares chegaram à Embaixada, descobriram que, em realidade, não era uma instalação, mas um complexo, incluindo a residência do embaixador, o consulado, o Centro Cultural e a residência do adido militar, alojando muitos refugiados (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Um pelotão de fuzileiros, ao chegar ao cais, se defrontou com um caos generalizado, uma vez que as tropas senegalesas e da Marinha guineense não conseguiam manter o controle da multidão que se encontrava em pânico pelos clarões e explosões que ocorriam a poucos metros de distância. Após o desembarque do segundo pelotão, os fuzileiros assumem das tropas senegalesas o controle do porto e de seus acessos. Apesar das listas preparadas pela Embaixada, o controle do pessoal e do material não foi cumprido conforme o planejado. Ao fim da tarde, a Fragata Vasco da Gama e as duas corvetas tinham embarcado 774 cidadãos nacionais e estrangeiros, assim divididos: 412 no navio-chefe, 192 na Corveta João Coutinho e 170 na Corveta Honório Barreto. Cada navio transportava o equivalente ao triplo de sua tripulação, necessitando de uma presença ativa junto aos evacuados para prevenir acidentes a bordo. Tem início o deslocamento dos navios para Praia (RODRIGO e SANTOS, 2007).

O êxito desta primeira ação de evacuação da Força Naval Componente só pôde ser alcançado em virtude da não interferência das partes litigantes, fruto do entendimento acerca do não envolvimento da FORREG no conflito em terra. Além disso, o apoio externo de Cabo Verde, reduzindo as distâncias a serem vencidas, favoreceu para mitigar o apoio a bordo para os refugiados, assim como, os riscos de acidentes.

Logo que os refugiados desembarcam em Praia, os navios já iniciam seu retorno à Guiné-Bissau para transportar ajuda humanitária e recolher novos refugiados, notadamente em Saltinho, Varela e Geba, regiões de difícil acesso. Os três navios, ao se posicionarem na entrada do rio Geba, se abastecem com o apoio do Bérrio, mantendo a maior autonomia e

sustentação possível. Em Saltinho, Varela e Geba, as ações ocorreram conforme o planejado, sendo crucial o emprego do vetor aéreo. Os navios receberam, então, a determinação de seguirem, imediatamente, para Ponta Biombo, onde outro grupo de refugiados esperava para embarcar. Ao chegar a Ponta Biombo, o navio-chefe coloca três botes de borracha na água com fuzileiros e elementos do DAE embarcados para reconhecimento da zona. Concomitantemente à aproximação dos meios navais, surge o grupo de refugiados, escoltado por elementos leais a Mané (RODRIGO e SANTOS, 2007). Nas regiões de Saltinho, Varela, Geba e Ponta Biombo, as dificuldades de acesso e as preocupações com a segurança só puderam ser superadas devido à utilização coordenada dos meios aéreos, navais e de fuzileiros navais.

Desde o término das operações em Ponta Biombo até o fim das hostilidades, a fragata e as duas corvetas realizaram seguidas operações de distribuição de alimentos, de prestação de cuidados médicos e de evacuação de refugiados. Essencialmente empenhado em ajudar a resolver o conflito em curto prazo, o governo luso procurou atuar rapidamente, sendo a entrega da ajuda alimentar e a prestação de cuidados médicos à população guineense, nesta altura, os assuntos prioritários. (RODRIGO e SANTOS, 2007).

Para tanto, Portugal ainda precisava garantir que as operações de evacuação de refugiados e de ajuda não fossem militarmente contestadas pelos rebeldes ou pelo governo do país hospedeiro. As lideranças locais colaboraram ativamente com o governo português para o desenvolvimento das operações de ajuda humanitária, o que permitiu o estabelecendo de um canal de aproximação e diálogo. Graças a esta aproximação, as autoridades portuguesas conseguiram ascender como mediadores no conflito.

A fim de intensificar as conversações para o fim do combate, de acordo com RODRIGO e SANTOS (2007), passou a ser montado um dispositivo para apoio às reuniões entre as partes, a bordo da Fragata Vasco da Gama. Os helicópteros do navio-chefe seriam

empregados no transporte dos representantes de Nino e de Mané, do governo português, da Organização da Unidade Africana (OUA), da União Europeia (UE) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Contudo, vale ressaltar que as aeronaves estariam em risco permanente, pois não seria garantida a segurança, nem durante o voo sobre terra, nem no estacionamento no ponto de encontro. Além disso, foi adjudicado à operação um avião de patrulha marítima em apoio direto à Força Naval para reforçar a vigilância e o controle da área marítima. O Bérrio foi empregado como uma plataforma alternativa para pouso de helicóptero. O DAE ficaria responsável pela segurança pessoal a bordo.

Tal dispositivo propiciou a realização de várias reuniões de forma segura entre os envolvidos, que se repetiu em outras ocasiões até a rendição de Nino e a posse de um poder transitório.

### **3.3 Considerações parciais**

A política externa portuguesa ocasionou a expansão das relações comerciais entre Portugal e Guiné-Bissau. Tais relações se materializaram em investimentos e na presença de cidadãos lusos num território caracterizado por acentuados problemas na sua infraestrutura, herdados de seu passado colonial, os quais provocaram um ambiente interno de insatisfação e rivalidades. Além disso, interesses externos potencializaram um conflito latente, superando a capacidade diplomática para se atingir uma solução pacífica, colocando-se em risco a integridade física de pessoas de diferentes nacionalidades residentes naquele país africano.

O governo português mantinha um acompanhamento permanente da situação na Guiné-Bissau, tendo, inclusive, se preocupado em possuir um Plano de Contingência a fim de atender a uma eventual necessidade de evacuação de seus nacionais. Este plano facilitou o

emprego de suas Forças Armadas, ao passo que, numa situação de urgência, basearam seu processo de planejamento numa diretiva previamente elaborada, envidando esforços para, basicamente, atualizá-lo com informações correntes.

No entanto, o fator tempo acabou por provocar o emprego da força num cenário de incertezas. Quanto à característica da área de operações, aspectos condicionantes ao emprego dos meios eram imprecisos, levando a Força Naval portuguesa a realizar suas ações num ambiente híbrido, com características marítimas, terrestres, aéreas, de águas restritas e ribeirinhas, sem o perfeito conhecimento de suas condições. Quanto ao sigilo, este foi comprometido pelos meios de comunicação que anunciaram a presença da Força Naval e não esclareciam suas reais intenções.

Após a análise do caso em lide, pode-se concluir que:

1. os seguintes aspectos foram deficientes:

a) o dispositivo de segurança da representação diplomática: o desconhecimento da estrutura do complexo da Embaixada ocasionou o emprego de tropa não condizente com o terreno e com a ameaça potencial, que só não foi comprometido por não ter sido submetido às ações das forças oponentes;

b) a falta de navios anfíbios: a tropa em terra e os evacuados não puderam contar com o apoio de viaturas blindadas, nem para apoiar o deslocamento, nem para prover o apoio de fogo, sendo expostos aos fogos inimigos; e

c) a precariedade do apoio logístico aos evacuados a bordo: o emprego de meios aéreos e navais vocacionados para as operações de guerra naval clássica, não dispendo de espaços a bordo, nem de estrutura específica de suporte de saúde e acomodações, provocou riscos e desconforto após o embarque dos refugiados, que só foram suplantados pela redução das distâncias até um local seguro em terra.

2. o êxito da pequena Força Naval, quando comparada ao número de refugiados

assistidos, foi devido:

a) à permanente participação do poder político: as ações estratégicas desenvolvidas permitiram a não objeção dos beligerantes à condução das ações militares. Em caso de interferência, a segurança ficaria comprometida, pois, como apresentado nas deficiências, a falta de navios de desembarque impossibilitou o emprego de viaturas anfíbias e de blindados, os quais poderiam prover proteção ao efetivo no terreno;

b) à rápida resposta à crise: um Comando com seu Estado-Maior já previamente definido, a existência de um plano pré-concebido, o acompanhamento corrente da situação, o rápido provisionamento, a elevada disponibilidade dos meios e uma Força Naval com elevado grau de capacitação, corroboraram para o pronto emprego da Força Naval e seu pré-posicionamento na região do conflito, de forma a atender à urgência requerida pela situação;

c) ao apoio da opinião pública: o envolvimento da sociedade com a salvaguarda dos portugueses em perigo foi exemplar. Tal envolvimento foi nítido na iniciativa da Portline e na repercussão positiva junto à mídia. Governo e Forças Armadas puderam agir com o apoio do seu povo;

d) ao apoio externo: as relações diplomáticas existentes entre Portugal e suas ex-colônias africanas possibilitaram o estabelecimento de uma base em Praia, nas proximidades de Bissau. Isto foi crucial, não somente para o comando e controle, mas, em especial, para reduzir o trajeto até uma área segura, minimizando os efeitos da falta de um navio polivalente, que oferecesse maiores capacidades de transporte e de apoio logístico, bem como, para reduzir os riscos de acidentes e as restrições de atendimento envolvendo os refugiados, pois eram transportados em navios que operavam no limite de suas capacidades;

e) à capacidade de adaptação: a Marinha portuguesa estava se adestrando conforme as orientações da OTAN, basicamente na guerra de superfície e antissubmarino. No entanto, face às implicações do emprego da força num ambiente de não guerra e de natureza

humanitária, adaptou suas capacidades operativas, criando, por exemplo, o binômio fuzileiro-helicóptero e o sistema de apoio logístico em navios de superfície;

f) ao emprego conjugado de vetores: o emprego integrado dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, em consonância com a idéia de manobra em terra, foi relevante para o sucesso da missão, se contraponto às incertezas e imposições da área de operações; e

g) às características do Poder Naval: a mobilidade e a permanência, permitindo o posicionamento e a sustentabilidade na região do conflito, a flexibilidade e a versatilidade, permitindo adequar os meios existentes às novas tarefas que surgiram no transcurso da operação, foram fatores determinantes do sucesso da Marinha portuguesa como esforço principal da Força Conjunta.

Ao final da operação, além do prestígio internacional da Marinha portuguesa, revigorou-se a importância das Forças Armadas perante seu povo.

## **4 ANÁLISE DE ASPECTOS DA OPERAÇÃO CROCODILO**

Conforme citado na introdução deste trabalho, neste capítulo serão apresentados aspectos observados na evacuação de não combatentes realizada pela Marinha portuguesa na Guiné-Bissau (1998) de forma a identificar aqueles que estão presentes na atual conjuntura nacional e na doutrina da MB, bem como aqueles ausentes ou deficientes.

### **4.1 Aspectos presentes na conjuntura nacional e na doutrina da Marinha do Brasil**

A seguir, serão somente listados aspectos do estudo de caso que estão presentes na atual conjuntura nacional e na doutrina da MB, os quais não serão submetidos a análise, uma vez que já se encontram validados em nossas políticas e normas. Portanto, quanto aos aspectos presentes, cabe serem ressaltados:

- a) a política externa estimulando a diáspora para a África ocidental;
- b) os cidadãos expostos a ameaças dentro de território estrangeiro;
- c) a priorização das ações diplomáticas para a resolução do problema;
- d) as boas relações estabelecidas entre os Estados, fundamentadas na cooperação e nos laços idiomáticos e culturais, que possibilitaram as ações do Poder Político junto às partes em oposição no conflito;
- e) a possibilidade do emprego do Poder Naval como esforço principal de uma operação militar com o propósito de proteger nacionais além das fronteiras do Estado;
- f) o nível político, o estratégico e o operacional, desde a avaliação de cenários até o cumprimento da missão, agindo de forma coordenada, respeitando os limites de seus campos de atuação e zelando pela imparcialidade da Força no conflito interno do país hospedeiro;

g) a importância do apoio de países próximos ao TO para a condução das ações militares;

h) a aptidão do Poder Naval para a realização de OpENC, em razão das suas características e da sua tarefa básica de projetar poder em terra;

i) o esforço de busca de informações e a dificuldade de obtenção de sigilo nas operações;

j) a identificação do caráter humanitário da missão e da multiplicidade de suas tarefas;

k) o apoio da população à execução das OpENC e o efeito de seus resultados para o reconhecimento da Marinha perante o seu povo e as Forças Armadas de outros Estados;

l) a importância do pré-posicionamento e da autossustentação da Força Naval, que a capacitam a operar de forma autônoma, superando os problemas logísticos decorrentes de uma missão que possui incertezas quanto à duração;

m) a tarefa deduzida de realizar a segurança da representação diplomática existente no país hospedeiro; e

n) as ações da Marinha de Portugal foram condicionadas à permissividade do ambiente, possuindo limitada capacidade de mudar sua postura devido à falta de navios polivalentes, navios anfíbios e de aeronaves de transporte de tropa, meios que, particularmente, a MB possui e que permitiriam balancear as ações de combate e de apoio logístico, aumentando a proteção da tropa e dos civis.

Os aspectos supracitados corroboram com a nossa recente doutrina de OpENC e com as capacidades de nossos meios, desde que devidamente mantidos, uma vez que poderiam ser empregados pela MB numa situação similar e contribuiriam para o sucesso da missão.

## 4.2 Aspectos ausentes ou deficientes na Marinha do Brasil

Neste tópico, serão apresentados aspectos considerados, por este autor, como ausentes ou deficientes na MB e que foram relevantes para o êxito da Marinha de Portugal na operação em estudo. Uma vez apresentados, estes aspectos serão analisados e identificadas questões que merecem ser aprofundadas, visto que permitirão aprimorar nossa doutrina e a capacitação de nossos equipamentos e pessoal. Assim, quanto aos aspectos ausentes ou deficientes, cabe serem ressaltados:

a) Aspecto ausente: a existência de um Comandante e de um Estado-Maior de Força já organizado em tempo de paz. Um Comando de Força designado, pronto para ser empregado em qualquer tipo de operação, possibilitou o conhecimento mútuo de seus membros e da personalidade do seu Comandante, o aprimoramento do trabalho de Estado-Maior, a familiarização dos planejadores com as capacidades atuais da Força e menor tempo para o planejamento e a execução de missões, fator, este, decisivo naquelas ações que exigem urgência. Uma Força, que deve se manter capaz de operar além de seu território, de superar distâncias continentais e de enfrentar, a princípio, ameaças de diversas naturezas, exige um Comando com a possibilidade de analisar minuciosamente a sua missão e de tomar decisões em situações com tempo restrito. Desta forma, parece ser de interesse estudar a aceitabilidade de, dentro da atual estrutura da MB, ser definido, previamente, um Comando para a Força de Emprego Rápido responsável pela evacuação de nacionais em regiões longínquas. Este estudo poderia ser conduzido a partir da avaliação funcional, como, por exemplo, se seria pertinente e vantajoso se o Comandante da Primeira Divisão da Esquadra e seu Estado-Maior já fossem previamente designados para esta missão.

b) Aspecto deficiente: os meios navais e aeronavais na plenitude de suas capacidades, permitindo à pequena Força Naval portuguesa alcançar o desempenho almejado.

Observou-se, no transcurso do trabalho, que as características intrínsecas do Poder Naval só puderam ser utilizadas a contento porque foram mantidas as capacidades operativas dos meios. A competência operacional apresentada só foi alcançada porque seus meios operaram na plenitude dos seus potenciais, vencendo as incertezas e adversidades atinentes às condições de visibilidade, temperatura, correnteza, natureza do fundo e vento. Tal aspecto desperta nossa atenção, pois, atualmente, tal situação operacional não é contemplada por nossos meios navais e aeronavais, os quais, mesmo aqueles considerados aptos para emprego, detêm severas restrições operativas, não sendo garantido que apresentem bom desempenho em qualquer ambiente. Como as preocupações dos níveis político, estratégico e operacional estão voltadas, prioritariamente, para o entorno estratégico, cabe avaliar o rendimento atual de nossos meios nas regiões por ele englobadas. Assim, afigura-se o interesse de se verificar o rendimento dos meios navais e aeronavais da MB nas regiões contempladas pelo entorno estratégico, objetivando identificar os principais óbices do emprego nestas áreas. Uma abordagem mais ampla e passível de reflexão é a atinente à escolha entre uma Força com muitos meios, mas com várias restrições, e uma Força pequena, mas na plenitude de suas capacidades.

c) Aspecto deficiente: as tripulações experientes e com especialização em tarefas.

As tripulações desenvolveram, de forma prática, o trabalho em equipe requerido nas missões reais, pois operavam, há anos, na mesma plataforma de combate, participando, periodicamente, de operações da OTAN. O grau de familiarização dos militares portugueses com suas tarefas e com as características dos navios e aeronaves, bem como sua integração com os demais componentes de bordo, possibilitou desenvolver a capacidade de adaptação, que foi crucial para a Marinha de Portugal, pois esta conseguiu, a partir de meios vocacionados para a guerra antissubmarino, empregá-los de maneira conjugada em ações humanitárias, de projeção de poder e de emprego limitado da força. Isto foi alcançado graças

ao perfeito conhecimento que a tripulação detinha a respeito das possibilidades e limitações de seus equipamentos, permitindo a implementação de sistemas e de procedimentos a bordo para atenderem requisitos não contemplados pelos mesmos. Hoje, fruto da baixa disponibilidade dos meios, a MB realiza o rodízio das tripulações para minimizar os efeitos da prolongada inoperatividade. Contudo, tal procedimento dificulta que nossas tripulações criem vínculos de trabalho em grupo e que se especializem numa determinada tarefa. Por conseguinte, considerando as vantagens conferidas pela especialização no caso em estudo, é sugestivo, para nossa Instituição, estudar as vantagens e desvantagens da MB possuir pessoal especializado por tarefa e por tipo de navio, bem como avaliar as implicações decorrentes da manutenção das tripulações por períodos de comissão que garantam sua especialização e a sua competência no trabalho em grupo.

d) Aspecto deficiente: tripulações com higidez mental. A constante participação em operações reais, colocando à prova a tripulação dos navios, permitiu que estas atingissem um grau de preparo emocional condizente com a requerida pela operação. Os militares portugueses se depararam com uma missão sem previsão de término, em outro continente e que exigiu o permanente contato com civis ensejando cuidados médicos e abalados emocionalmente. A falta de experiência de nossas tripulações, no que se refere a este tipo de situação, não permite a garantia de que as mesmas apresentem o comportamento exigido pelo ambiente, podendo ser afetadas psicologicamente, ocasionando graves problemas a bordo. Portanto, parece ser relevante dirimir tal incerteza, o que pode ser alcançado por meio de uma avaliação psicológica de nosso pessoal e pela montagem de um programa de capacitação emocional de nossos militares.

e) Aspecto deficiente: a importância dos PEE. O estudo de caso permitiu visualizar a importância de nossas representações diplomáticas possuírem um PEE para atender às eventuais necessidades de evacuação. A falta deste plano acarretou a montagem de

um dispositivo de segurança deficiente, sujeitando os militares portugueses e seus nacionais às ameaças no terreno. Contudo, apesar de contemplado em nossa doutrina e de possuir reconhecida relevância, este documento é pouco difundido nas representações diplomáticas. Desta forma, surge uma questão que é incerta e preocupante, que consiste na adequabilidade e atualização dos PEE de nossas embaixadas às necessidades do Comando Operacional.

Desta forma, aspectos de nossa Marinha foram validados após o estudo da OpENC na Guiné-Bissau (1998). No entanto, outros não permitem tal afirmação, em virtude das incertezas acima citadas, necessitando uma investigação apurada.

### **4.3 Considerações parciais**

O caso analisado expôs pontos comuns à atual conjuntura nacional e à recente doutrina da MB. A influência da política externa no emprego do Poder Militar, as ameaças de nossos cidadãos na África ocidental, a priorização das ações diplomáticas, o benefício do vínculo cultural e de cooperação, o emprego do Poder Naval de forma autônoma, autossustentável e pré-posicionado, a busca por informações, a ausência do sigilo, a tarefa de prover segurança à Embaixada, a imagem da Força no âmbito nacional e internacional, o apoio da população e a caracterização do ambiente operacional foram contemplados durante a operação, estando em conformidade com os conceitos que norteiam nossas concepções estratégica e operacional. Desta forma, aspectos de nossa doutrina foram validados após serem identificados e ratificados durante o estudo da Operação Crocodilo (1998).

No entanto, outros aspectos não permitem esta assertiva, pois, como visto, se mostraram importantes na operação, mas não estão plenamente inseridos na realidade de nossa Instituição. Tais aspectos se cercam de incertezas, denotando a importância de estudos mais específicos e aprofundados com o propósito de contribuírem para o pronto emprego e

para a evolução doutrinária do Poder Militar Naval brasileiro.

Assim, conforme observado neste capítulo, se mostram de interesse para nossa Marinha os resultados de pesquisas que respondam questões relacionadas à aceitabilidade de existir, desde o tempo de paz, um Comandante e um Estado-Maior da Força de Emprego Rápido já organizado; à avaliação do rendimento de nossos meios disponíveis nas regiões englobadas pelo entorno estratégico; às implicações do emprego de uma Força com muitos meios, mas com várias restrições, e de uma Força pequena, mas na plenitude de suas capacidades; ao nível de especialização de nossas tripulações por plataformas de combate e tarefas; às implicações em se comissionar tripulações por períodos superiores a dois anos ininterruptos, buscando viabilizar a especialização e a competência do trabalho em grupo; à higidez mental de nossas tripulações quando expostas em operações com elevado grau de tensão; ao treinamento do componente emocional de nosso pessoal para a realização de missões reais; e à adequabilidade dos PEE de nossas Embaixadas para o planejamento do nível operacional.

Dando prosseguimento ao presente trabalho, será apresentada, no capítulo seguinte, uma conclusão que visa atender aos objetivos do estudo.

## 5 CONCLUSÃO

Os princípios básicos do Estado orientam nossa política externa de forma a enfatizar as relações com os países da costa atlântica africana. Isto acarreta uma acentuada presença brasileira, tanto em investimentos, como em cidadãos presentes naquela região. No entanto, o alarmante quadro de conflitos e de subdesenvolvimento torna esta faixa do entorno estratégico suscetível de ameaças aos seus residentes. Tal fato impõe que o braço armado do Estado esteja preparado para proteger os interesses nacionais nas águas e nos solos africanos.

O Poder Militar Naval, em virtude de suas capacidades e do vínculo selado em sua missão, na qual assume o compromisso de apoiar a política externa nacional, possui a aptidão e o dever de se manter em condições de realizar operações de projeção de poder, além de nossas fronteiras, em proveito de nacionais que se encontrem em situação de risco. Contudo, as preocupações com o preparo e o emprego da MB não se restringem à capacidade de seus meios, mas, também, aos conceitos e procedimentos operativos desenvolvidos em atendimento às missões concebidas.

Ao serem confrontados aspectos da situação vivenciada pela Marinha de Portugal, quando do seu sucesso na Operação Crocodilo (1998), e a atual situação da Marinha do Brasil, foram ratificados pontos atinentes às capacidades requeridas e à doutrina de OpENC de nossa Força Naval. No entanto, outros pontos não puderam ser confirmados, originando incertezas. Desta forma, surgem questões de interesse para a Força, as quais devem ser esclarecidas por meio de estudos específicos, objetivando a evolução de nossa doutrina e de nossas capacidades operativas. Assim, pesquisas são propostas na busca por respostas às seguintes perguntas:

a) é aceitável existir, desde o tempo de paz, um Comandante e um Estado-Maior designados para a Força de Emprego Rápido para a execução de operações de evacuação em

regiões do nosso entorno estratégico?

b) qual o rendimento de nossos meios disponíveis nas regiões englobadas pelo entorno estratégico?

c) o que é preferível à MB: uma Força com muitos meios, mas com várias restrições, ou uma Força pequena, mas na plenitude de suas capacidades?

d) qual o nível de especialização de nossas tripulações em suas plataformas de combate e tarefas?

e) visando a especialização e a competência do trabalho em grupo, quais seriam as implicações de se comissionarem tripulações por períodos superiores a dois anos ininterruptos?

f) quais as consequências do efeito emocional das operações com elevado grau de tensão sobre nossas tripulações?

g) como preparar o componente emocional de nosso pessoal para a realização de missões reais?

h) os PEE de nossas Embaixadas são adequados ao planejamento do nível operacional?

Desta forma, é atingido o objetivo deste trabalho, evidenciando-se assuntos sobre os quais recai a atenção de nossa Força. Estas perguntas são dignas de estudo pormenorizado e suas respostas contribuirão para o emprego do Poder Militar Naval na realização de OpENC.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. *Carta Maior*. 2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Celso-Amorim-o-chanceler-otimista/4/33603>. Acesso em 25 jul. 2016.
- AMORIM, Celso. *Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro*. 2012. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/politicohoje/index.php/politica/article/viewFile/211/131>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- AMORIM, Celso. *Desafios e oportunidades para a defesa no entorno estratégico brasileiro*. 1ª Jornada Estratégica da Chefia de Assuntos Estratégicos do EMCFA. Brasília, DF. 2014.
- AMORIM, Celso. *Pirataria e terrorismo na África podem afetar Brasil*. 2016. Disponível em: <http://www.defesaaereanaval.com.br/pirataria-e-terrorismo-na-africa-podem-afetar-brasil-diz-amorim/?print=print>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- BOOTH, Ken. *Navies and Foreign Policy*. Londres: Croom Helm, 1977. 286 p.
- BRASIL. Comando da Marinha. *Boletim de Ordens e Notícias N° 421*. Brasília, DF, 2016.
- \_\_\_\_\_. Estado-Maior da Armada. Publicação EMA-305. *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2014.
- \_\_\_\_\_. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Publicação CGCFN 1-11. *Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, 2008a.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2012a.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Estratégia Nacional de Defesa*, Brasília, DF, 2008b.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Livro Branco de Defesa Nacional*, Brasília, DF, 2012b.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Publicação MD33-M-08. *Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes*. Brasília, DF, 2013.
- CAMPOS, Américo. *História da Guiné-Bissau em datas*. 2012. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12901557/historia-da-guine-bissau-em-datas-guine-bissaudocs>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- COUTO e SILVA, Golbery. *Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil*. 3ª ed. São Bernardo do Campo: José Olympio, 1981. 273p.
- CORBETT, Julian Stafford. *Principles of maritime strategy*. Mineola: Dover Publications, 2004. 317p.

FRANÇA, Eduardo Reis. *Os ensinamentos das Operações de Evacuação de Não Combatentes*. Palestra proferida ao Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (CEMOI). 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

MAIA, Monica Torres. *Jornal O GLOBO*. Rio de Janeiro. 1998.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/>. Acesso em: 27 jul. 2016.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *A política externa brasileira: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012)*. Brasília, DF. 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1080-Politica-externa-brasileira.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

PORTUGAL, Portal da Marinha. 2016. Disponível em: <http://www.marinha.pt/pt-pt/meios-operacoes/treino-avaliacao/Paginas/Treino-Avaliacao.aspx>. Acesso em: 15 mar. 2016.

RODRIGO e SANTOS, Alexandre Reis e Américo Silva. *Bissau em chamas*. Lisboa: Casa das Letras, 2007. 242 p.

SACCHETTI, Antonio Emilio. *Segurança e Defesa (1996-2000)*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2000.

SCHLESINGER, Sergio. *Cooperação e investimentos do Brasil na África: O caso do ProSavana em Moçambique*. Maputo. 2013.

SILVA, Luiz Claudio. *O GptOpFuzNav na Realização de uma Operação de Evacuação de Não Combatentes: uma necessidade para o século XXI*. 2008. Disponível em [xa.yimg.com/kq/groups/22036402/881638796/name/ENC+Luiz+Claudio.ppt](http://xa.yimg.com/kq/groups/22036402/881638796/name/ENC+Luiz+Claudio.ppt). Acesso em: 02 de ago. 2016.

TÉ, Wilson Pedro. *Relações exteriores da Guiné-Bissau: um estudo das relações bilaterais Guiné-Bissau/Brasil (1974-2014)*. 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124371>. Acesso em: 25 jul. 2016.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A missão das Forças Armadas para o século XXI*. Publicação Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. 2004.

## APÊNDICE A – ÍNDICES SOCIAIS E ECONÔMICOS

continua						
PAÍS	Homicídios/100.000 hab (2013)		Prevalência de subnutrição (em %) (2014)		Índice de Desenvolvimento Humano (em %) (2014)	
	ÍNDICE	POSIÇÃO dentre 192	ÍNDICE	POSIÇÃO dentre 192	ÍNDICE	POSIÇÃO dentre 192
Mauritânia	11.4	31	22	72	0.51	153
Senegal	8.1	58	19.4	82	0.47	167
Gâmbia	9.6	43	25	63	0.44	172
Guiné-Bissau	10.3	41	27.6	54	0.42	176
Guiné	9	50	35.8	27	0.41	180
Serra Leoa	1.8	135	37.9	24	0.41	179
Libéria	3.3	109	32.1	42	0.43	174
Costa do Marfim	12.4	28	29.6	48	0.46	170
Gana	1.7	137	18.8	85	0.58	138
Togo	9.4	45	27.5	55	0.48	165
Benin	6.3	77	34	32	0.48	160
Nigéria	10.3	40	32.9	38	0.51	151
Camarões	2.8	120	32.6	40	0.51	150
Guiné Equatorial	3.6	103	26.2	59	0.59	134
Gabão	9.4	44	17.5	88	0.68	111
Congo	10.5	37	25	64	0.59	133
Angola	10.8	35	29.2	49	0.53	147
Congo-Kinshasa	13.5	26	42.6	15	0.43	175
Namíbia	17.5	20	23.1	67	0.63	126
África do Sul	31.9	9	23.9	65	0.67	114
PAÍS	População abaixo da linha de pobreza (em %) (2015)		Índice de diversidade (100%heterogêneo = 1) (2013)			
	ÍNDICE	POSIÇÃO dentre 192	ÍNDICE		POSIÇÃO dentre 192	
Mauritânia	42	39	0.25		127	
Senegal	46.7	29	0.78		35	
Gâmbia	48.4	27	0.77		38	
Guiné-Bissau	69.3	4	0.87		19	
Guiné	55.2	17	0.75		47	
Serra Leoa	52.9	22	0.85		24	
Libéria	63.8	7	0.9		16	
Costa do Marfim	46.3	33	0.92		12	
Gana	24.2	74	0.84		25	
Togo	58.7	14	0.9		15	
Benin	36.2	45	0.93		10	
Nigéria	34	46	0.89		17	
Camarões	39.9	41	0.97		4	
Guiné Equatorial	76.8	1	0.28		123	
Gabão	32.7	51	0.77		39	
Congo	46.5	31	0.83		27	
Angola	36.6	44	0.78		37	
Congo-Kinshasa	63.6	8	0.95		7	
Namíbia	28.7	61	0.82		30	
África do Sul	53.8	19	0.88		18	

TABELA 1 - Tabela de índices sociais e econômicos (2015).

Fonte: Disponível em: <http://pt.actualitix.com/pais>. Acesso em 25 jul 2016.

## APÊNDICE A – ÍNDICES SOCIAIS E ECONÔMICOS

país	homicídios/100.000 hab		prevalência de subnutrição (em %)		índice de desenvolvimento humano	
	índice	posição dentre 192	índice	posição dentre 192	índice	posição dentre 192
<b>Mauritânia</b>	<b>11.4</b>	<b>31</b>	22	72	<b>0.51</b>	<b>153</b>
Senegal	8.1	58	19.4	82	<b>0.47</b>	<b>167</b>
<b>Gâmbia</b>	<b>9.6</b>	<b>43</b>	25	63	<b>0.44</b>	<b>172</b>
<b>Guiné-Bissau</b>	<b>10.3</b>	<b>41</b>	27.6	54	<b>0.42</b>	<b>176</b>
<b>Guiné</b>	<b>9</b>	<b>50</b>	<b>35.8</b>	<b>27</b>	<b>0.41</b>	<b>180</b>
Serra Leoa	1.8	135	<b>37.9</b>	<b>24</b>	<b>0.41</b>	<b>179</b>
<b>Libéria</b>	3.3	109	<b>32.1</b>	<b>42</b>	<b>0.43</b>	<b>174</b>
<b>Costa do Marfim</b>	<b>12.4</b>	<b>28</b>	<b>29.6</b>	<b>48</b>	<b>0.46</b>	<b>170</b>
Gana	1.7	137	18.8	85	0.58	138
<b>Togo</b>	<b>9.4</b>	<b>45</b>	27.5	55	<b>0.48</b>	<b>165</b>
<b>Benin</b>	6.3	77	<b>34</b>	<b>32</b>	<b>0.48</b>	<b>160</b>
<b>Nigéria</b>	<b>10.3</b>	<b>40</b>	<b>32.9</b>	<b>38</b>	<b>0.51</b>	<b>151</b>
<b>Camarões</b>	2.8	120	<b>32.6</b>	<b>40</b>	<b>0.51</b>	<b>150</b>
<b>Guiné Equatorial</b>	3.6	103	26.2	59	0.59	134
<b>Gabão</b>	<b>9.4</b>	<b>44</b>	17.5	88	0.68	111
<b>Congo</b>	<b>10.5</b>	<b>37</b>	25	64	0.59	133
<b>Angola</b>	<b>10.8</b>	<b>35</b>	<b>29.2</b>	<b>49</b>	<b>0.53</b>	<b>147</b>
<b>Congo-Kinshasa</b>	<b>13.5</b>	<b>26</b>	<b>42.6</b>	<b>15</b>	<b>0.43</b>	<b>175</b>
<b>Namíbia</b>	<b>17.5</b>	<b>20</b>	23.1	67	0.63	126
<b>África do Sul</b>	<b>31.9</b>	<b>9</b>	23.9	65	0.67	114

TABELA 1 - Tabela de índices sociais e econômicos (2015).

Fonte: Disponível em: <http://pt.actualitix.com/pais>. Acesso em 25 jul 2016.

## ANEXO A – MULTINACIONAIS BRASILEIRAS NA ÁFRICA EM 2010

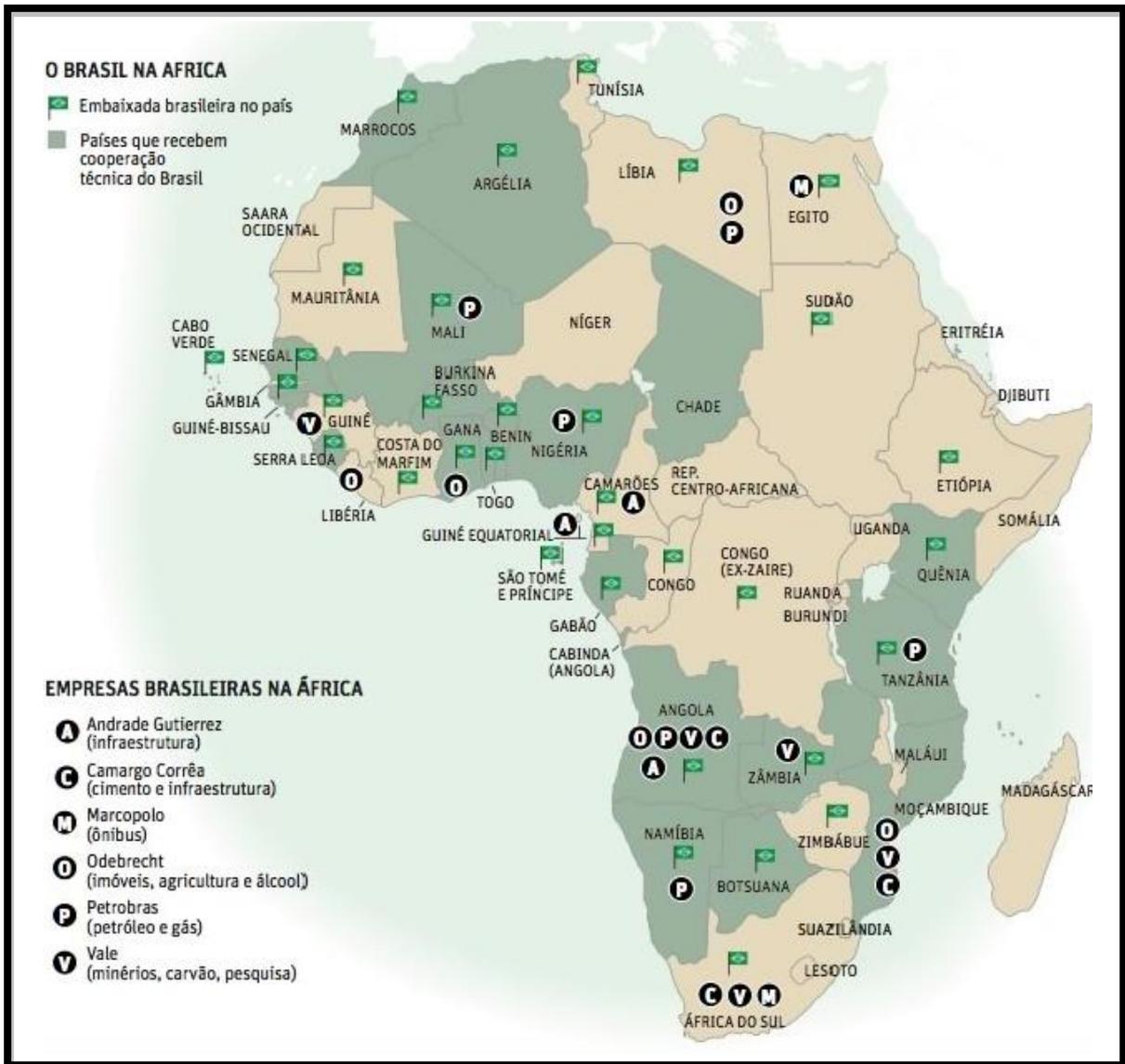


FIGURA 1 - Multinacionais brasileiras na África (2010).

Fonte: Folha de São Paulo (2010).

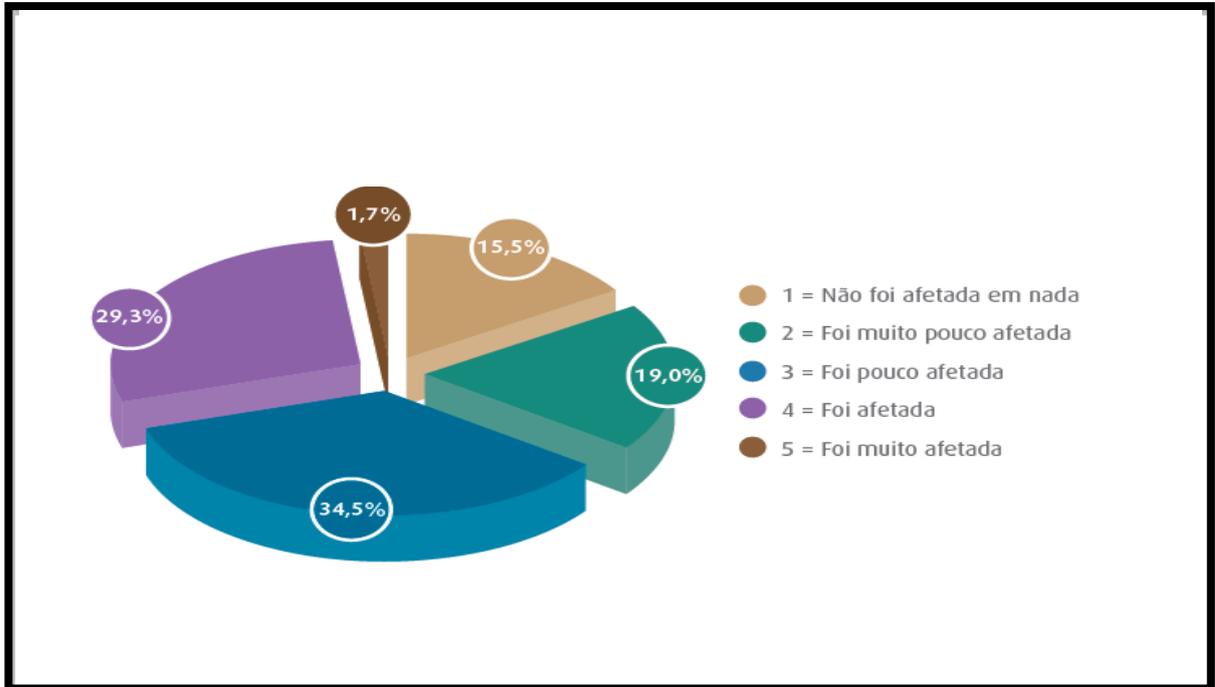
**ANEXO B – INTERNACIONALIZAÇÃO**

GRÁFICO 1 - Impacto político-econômico na internacionalização (2015).

Fonte: disponível em:

<https://www.fdc.org.br/professoresepesquisa/publicacoes/Paginas/publicacao-detalhe.aspx?publicacao=18496>. Acesso em 29 jul 2016.

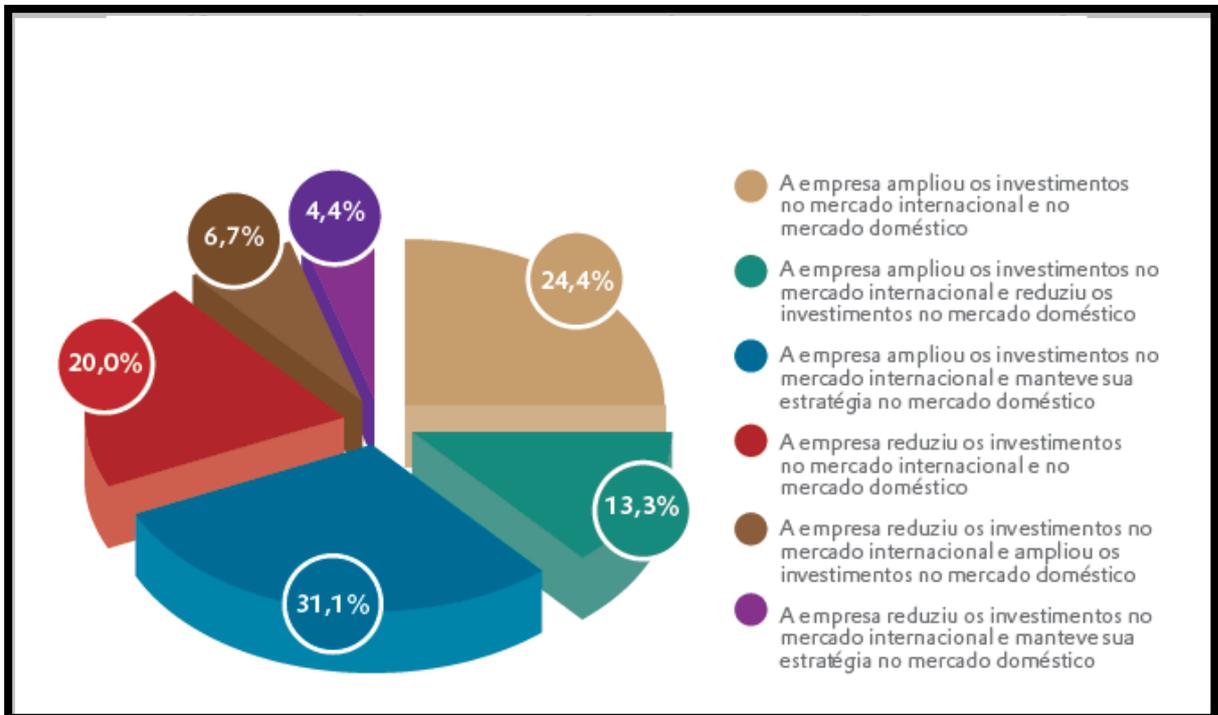
**ANEXO C – ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS**

GRÁFICO 2 - Mudança nas estratégias das empresas brasileiras (2015).

Fonte: disponível em:

<https://www.fdc.org.br/professoresepesquisa/publicacoes/Paginas/publicacao-detalle.aspx?publicacao=18496>. Acesso em 29 jul 2016.

## ANEXO D – DISPERSÃO DAS MULTINACIONAIS

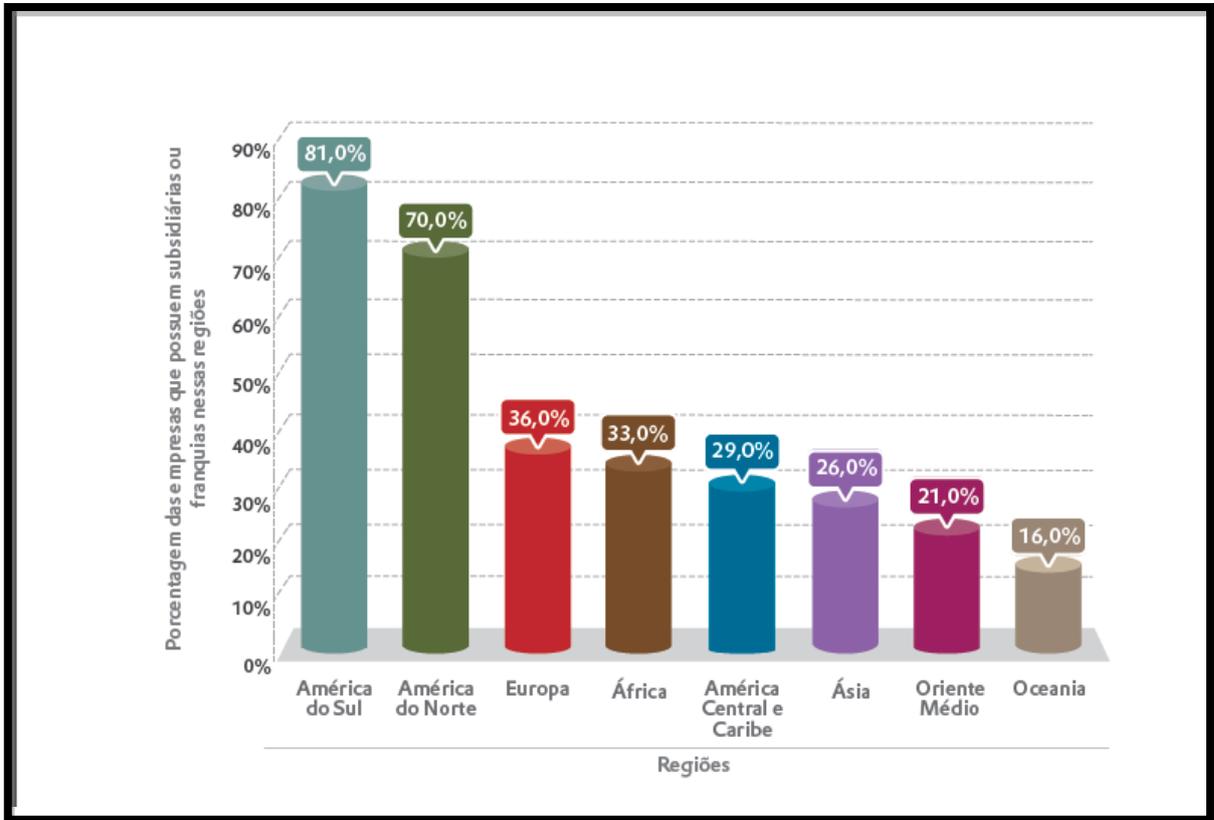


GRÁFICO 3 - Mudança nas estratégias das empresas brasileiras (2015).

Fonte: disponível em:

<https://www.fdc.org.br/professoresepesquisa/publicacoes/Paginas/publicacao-detalle.aspx?publicacao=18496>. Acesso em 29 jul 2016.

**ANEXO E – DISPERSÃO GEOGRÁFICA DAS MULTINACIONAIS**

<b>África - 22 países</b>	
<b>África do Sul</b>	Marrocos
Angola	Mauritânia
Argélia	Moçambique
Cabo Verde	Nigéria
Camarões	Quênia
Egito	República da Guiné
Gabão	República Democrática do Congo
Gana	República do Congo
Guiné Equatorial	Tanzânia
Líbia	Tunísia
Malawi	Zâmbia

FIGURA 2 - Dispersão geográfica das multinacionais brasileiras (2015).

Fonte: disponível em:

<https://www.fdc.org.br/professorespesquisa/publicacoes/Paginas/publicacao-detalle.aspx?publicacao=18496>. Acesso em 29 jul 2016.

**ANEXO F – TABELA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

<b>PAÍS</b>	<b>CIDADÃOS BRASILEIROS CATALOGADOS</b>	<b>POSTOS DIPLOMÁTICOS</b>
África do Sul	1.900	Consulado-Geral do Brasil em Cidade do Cabo
		Embaixada do Brasil em Pretória
Angola	15.000	Embaixada do Brasil em Luanda
Benin	15	Embaixada do Brasil em Cotonu
Cabo Verde	410	Embaixada do Brasil em Praia
Camarões	60	Embaixada do Brasil em Iaundê
República Democrática do Congo	240	Embaixada do Brasil em Brazzaville
República do Congo	80	Embaixada do Brasil em Kinshasa
Costa do Marfim	130	Embaixada do Brasil em Abidjã
Gana	200	Embaixada do Brasil em Acra
Guiné	24	Embaixada do Brasil em Conacri
Guiné Equatorial	370	Embaixada do Brasil em Malabo
Guiné-Bissau	553	Embaixada do Brasil em Bissau
Libéria	12	Embaixada do Brasil em Monróvia
Mauritânia	6	Embaixada do Brasil em Nouakchott
Namíbia	170	Embaixada do Brasil em Windhoek
Nigéria	150	Embaixada do Brasil em Abuja
		Consulado-Geral do Brasil em Lagos
São Tomé e Príncipe	60	Embaixada do Brasil em São Tomé
Senegal	120	Embaixada do Brasil em Dacar
Serra Leoa	0	Embaixada do Brasil em Freetown
Togo	26	Embaixada do Brasil em Lomé
<b>TOTAL</b>	<b>19.526</b>	<b>22 POSTOS</b>
<b>PORCENTAGEM DO TOTAL EXISTENTE NO CONTINENTE AFRICANO</b>	<b>77,80%</b>	<b>57,89%</b>

TABELA 2 - Tabela do Ministério das Relações Exteriores (2014).

Fonte: Adaptado de <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-populacionais-brasileiras-mundo-2014/Estimativas-RCN2014.pdf>. Acesso em 29 jul 2016.

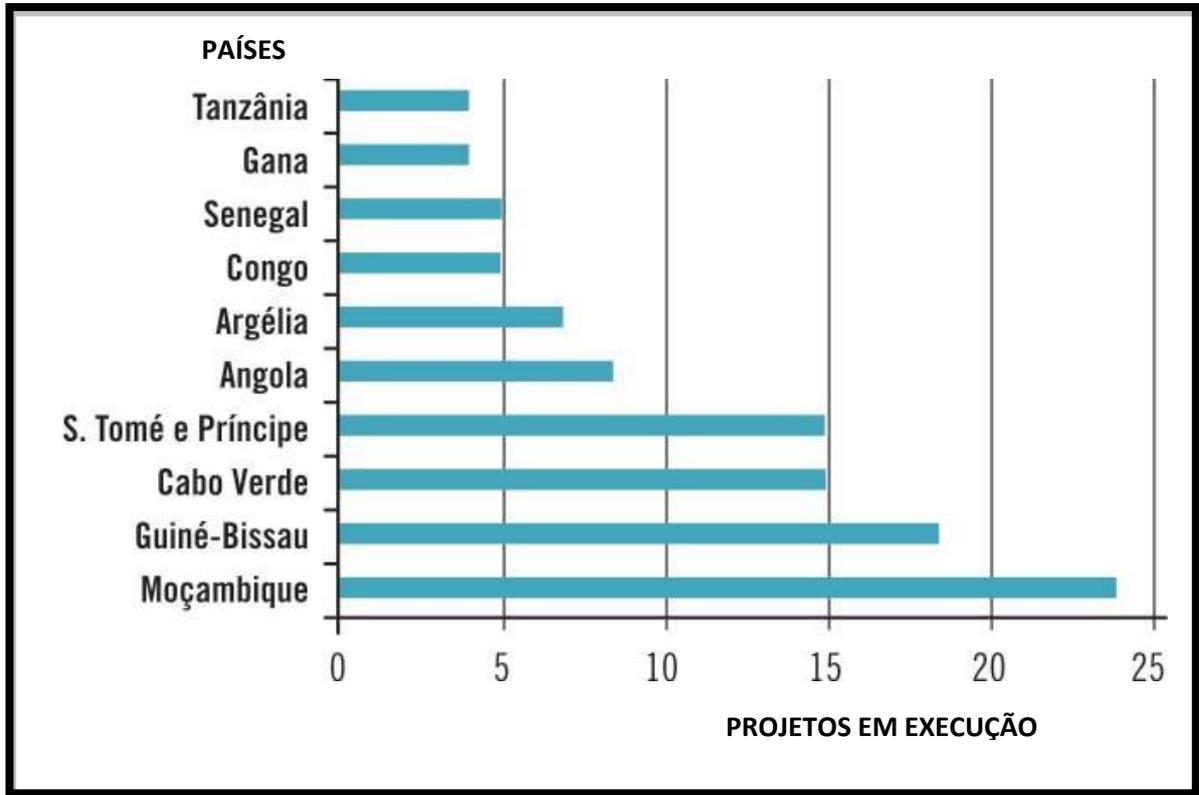
**ANEXO G – PRINCIPAIS PARCEIROS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA**

GRÁFICO 4 - Principais parceiros da cooperação técnica Brasil-África (2003 – 2010).  
Fonte: SCHLESINGER (2013).

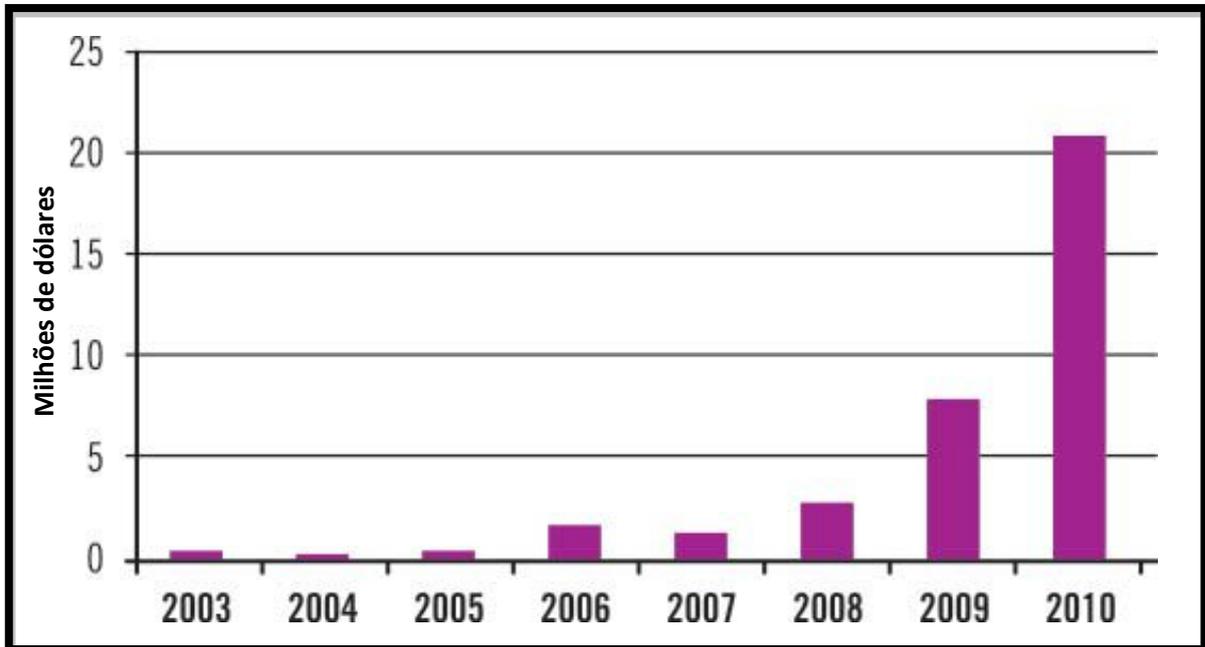
**ANEXO H – ORÇAMENTO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA**

GRÁFICO 5 - Orçamento da cooperação técnica Brasil-África (2003 – 2010).  
Fonte: SCHLESINGER (2013).

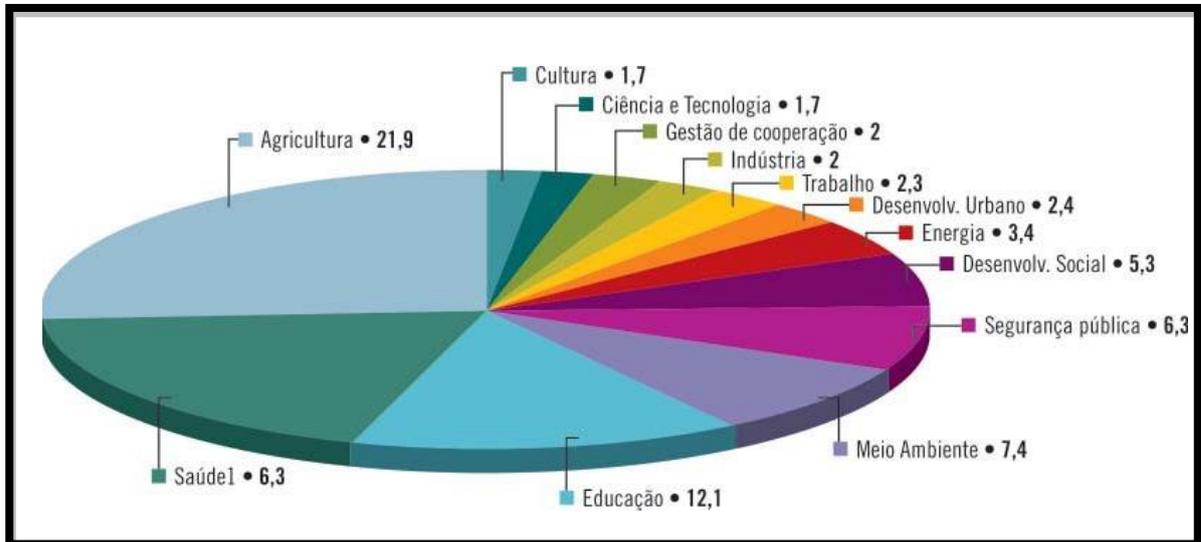
**ANEXO I – SETORES DA COOPERAÇÃO TÉCNICA**

GRÁFICO 6 - Mudança nas estratégias das empresas brasileiras (2015).

Fonte: SCHLESINGER (2013).

## ANEXO J – CASOS DE EBOLA

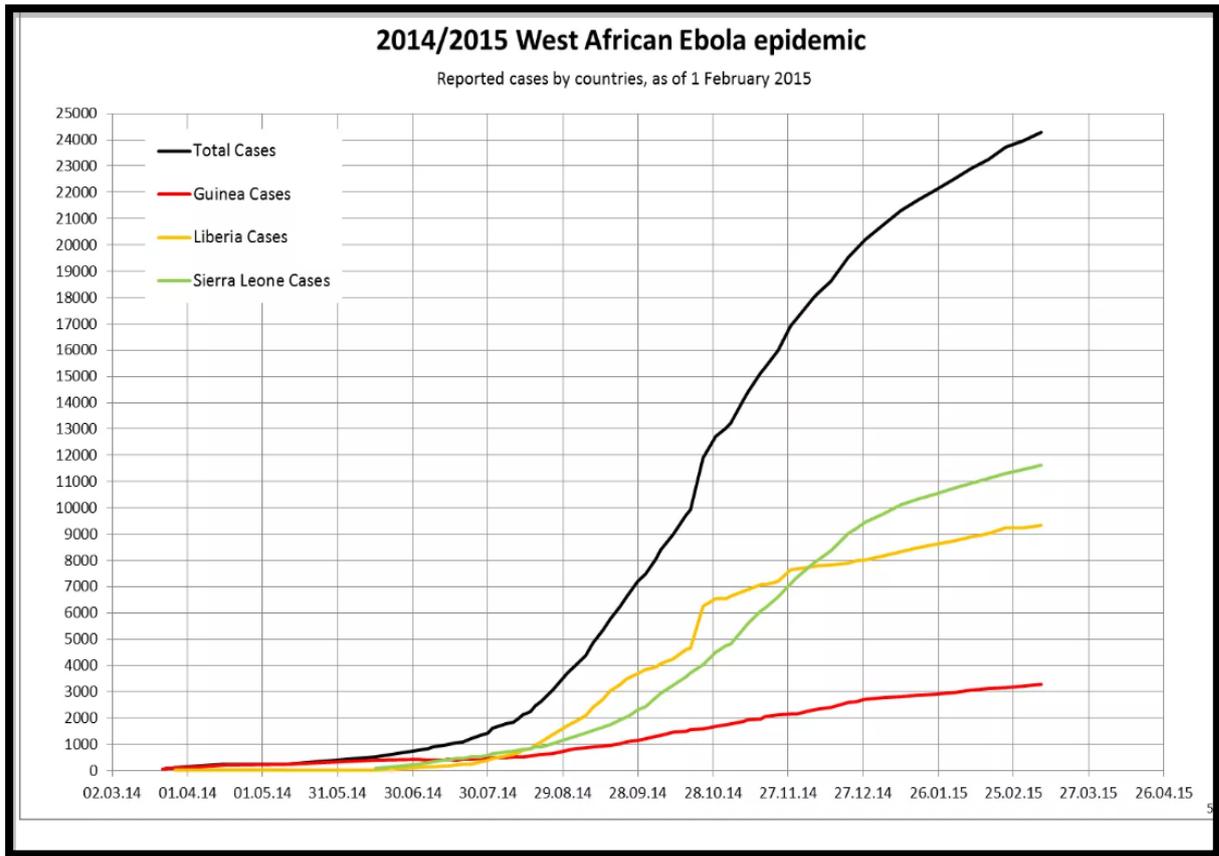


GRÁFICO 7 - Casos de Ebola em Serra Leoa, Libéria e Guiné (2015).

Fonte: disponível em:

[https://www.google.com.br/search?q=ebola+maps+2015&client=safari&hl=pt-br&prmd=inv&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjxLDSI57OAhXDHJAKHc7nD4cQ\\_AUICCGB&biw=320&bih=372#imgrc=6oilKNqfEoiGtM%3A](https://www.google.com.br/search?q=ebola+maps+2015&client=safari&hl=pt-br&prmd=inv&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjxLDSI57OAhXDHJAKHc7nD4cQ_AUICCGB&biw=320&bih=372#imgrc=6oilKNqfEoiGtM%3A)

Acesso em 31 jul 2016.

## ANEXO K – MAPA DE EBOLA NA ÁFRICA

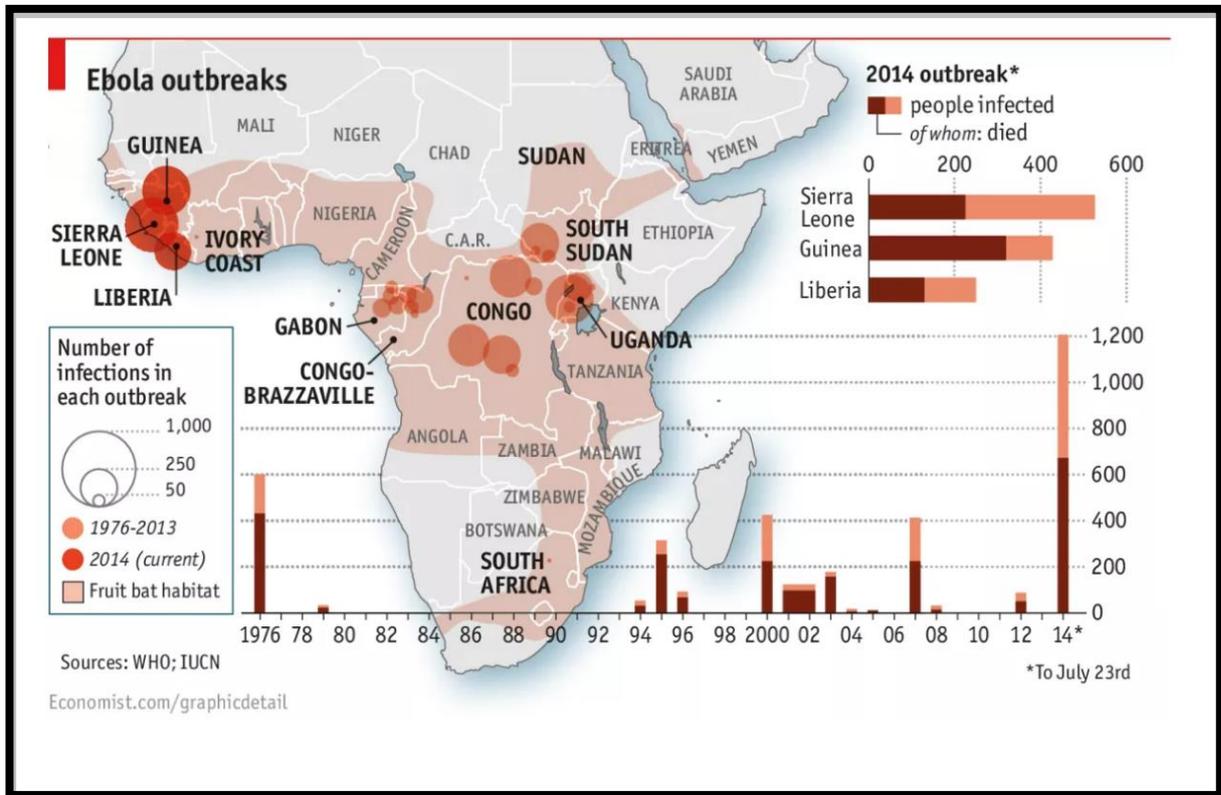


FIGURA 4 - Mapa com a ocorrência de ebola na África (2015).

Fonte: disponível em:

[https://www.google.com.br/search?q=ebola+maps+2015&client=safari&hl=pt-br&prmd=inv&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjxLDSI57OAhXDHJAKHc7nD4cQ\\_AUICCgB&biw=320&bih=372#imgrc=6oilKNqfEoiGtM%3A](https://www.google.com.br/search?q=ebola+maps+2015&client=safari&hl=pt-br&prmd=inv&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjxLDSI57OAhXDHJAKHc7nD4cQ_AUICCgB&biw=320&bih=372#imgrc=6oilKNqfEoiGtM%3A)

Acesso em 31 jul 2016.

## ANEXO L – HIV NO MUNDO

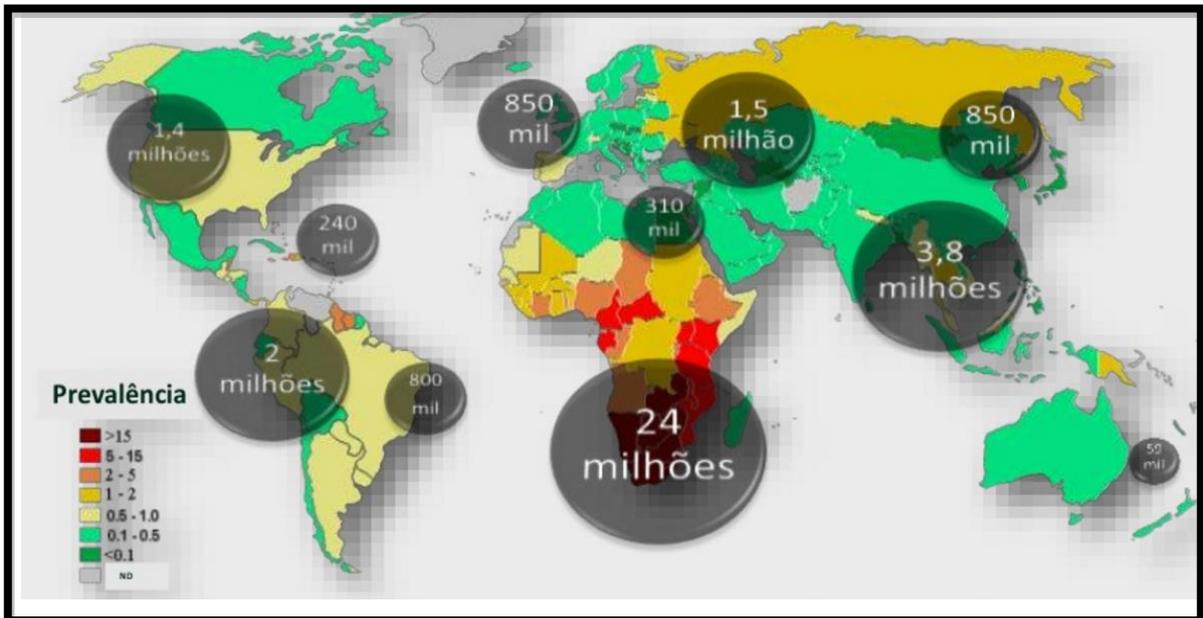


FIGURA 5 - Mapa com a prevalência de HIV no mundo (2015).

Fonte: <http://pt.slideshare.net/mobile/spitalex/infeco-pelo-hiv-aids-hiv-aids-manejo-liga-de-infecologia-2015>. Acesso em 31 jul 2016.

## ANEXO M – CONFLITOS NO MUNDO

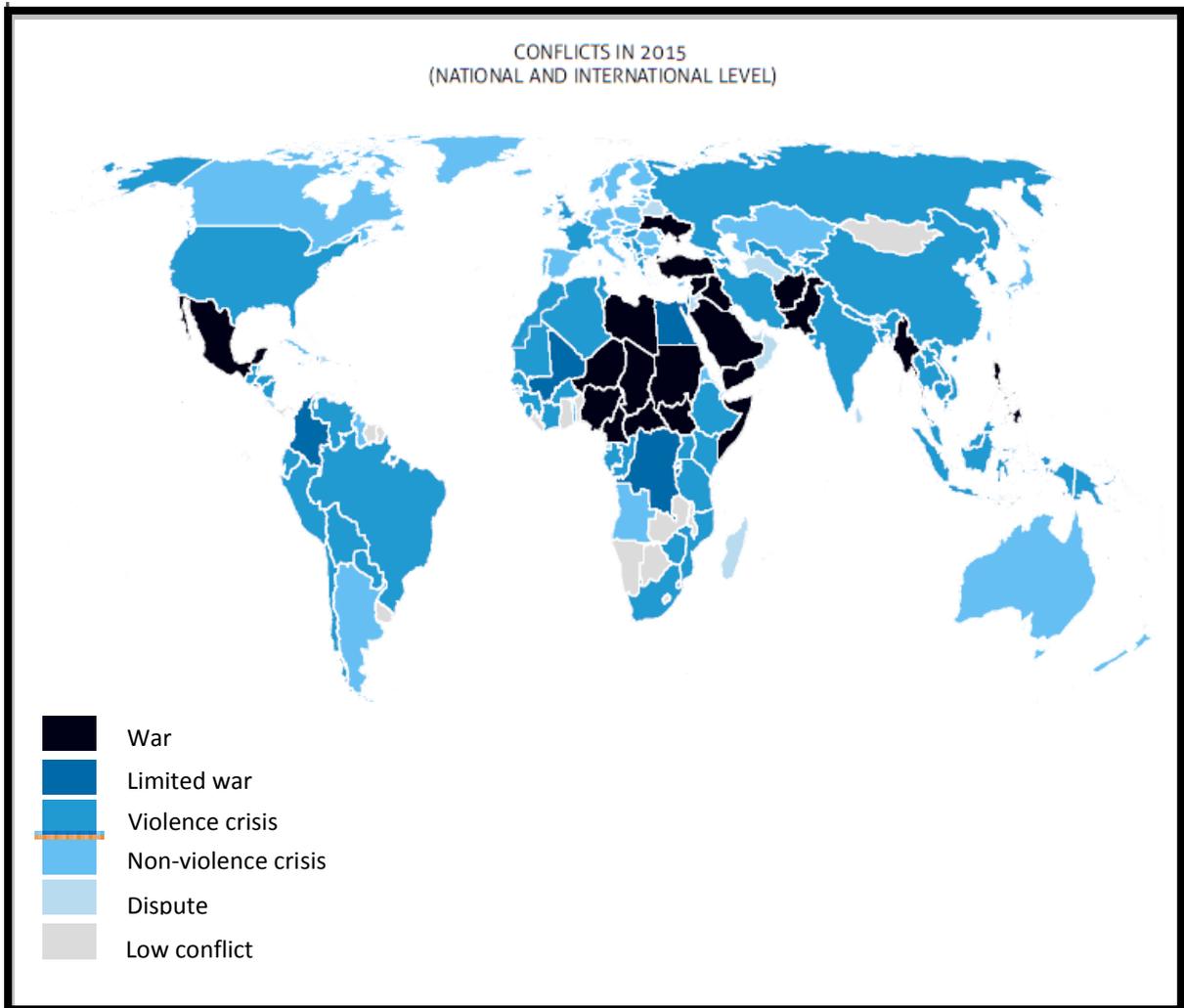


FIGURA 6 - Distribuição dos conflitos pelo mundo (2015).

Fonte: disponível em

[http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer\\_2015.pdf](http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2015.pdf).

Acesso em: 27 jul. 2016.

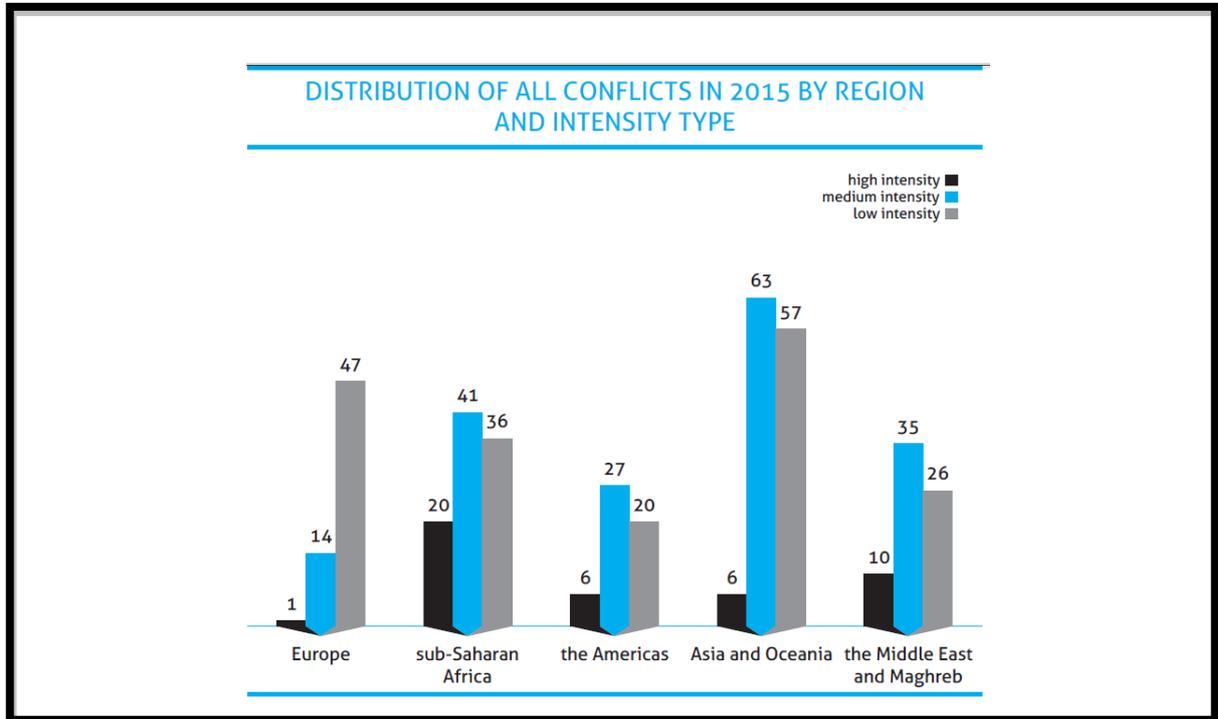
**ANEXO N – DISTRIBUIÇÃO DOS CONFLITOS**

GRÁFICO 8 - Distribuição dos conflitos pelo mundo (2015).

Fonte: disponível em

[http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer\\_2015.pdf](http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2015.pdf).

Acesso em: 27 jul. 2016.

## ANEXO O – FREQUÊNCIA DOS CONFLITOS

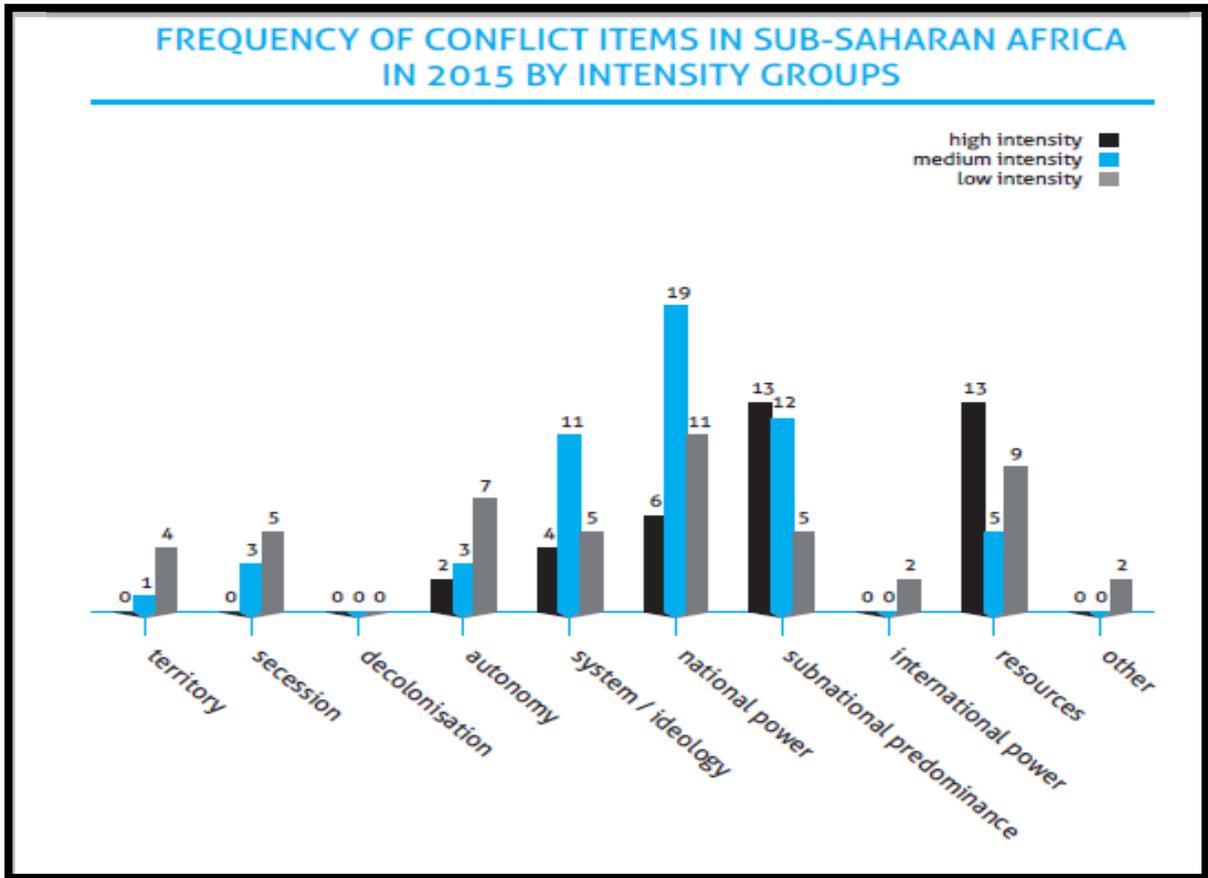


GRÁFICO 9 - Frequência dos conflitos na África Sub-sahariana (2015).

Fonte: disponível em

[http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer\\_2015.pdf](http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2015.pdf).

Acesso em: 27 jul. 2016.